

2022-2026

Comissão de Proteção de
Crianças e Jovens de Alijó

Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Alijó



Agrupamento de Escolas
Alijó



Ficha técnica

FICHA TÉCNICA	
ENTIDADE PROMOTORA	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó
COORDENAÇÃO	Cláudia Morais
Conceção	Catarina Sequeira Cláudia Morais Eugénia Garcias Paula Narciso
CONTACTOS	TELEFONE: 259 957 100 TELEMÓVEL: 924 431 931 E-MAIL: cpcj.Alijo@cnpdpcj.pt
	EDIFÍCIO ANEXO À CAMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ
APROVAÇÃO	EM REUNIÃO DE COMISSÃO ALARGADA, EM 24/03/2022



Apoios

- Município de Alijó

- Agrupamentos de Escolas de Alijó

Documento disponível em: (Site da CPCJ e Município de Alijó)

ÍNDICE

Nota Prévia.....	5
Introdução.....	5
CAPÍTULO I	8
Abordagem e Metodologia.....	8
METODOLOGIA.....	9
CAPÍTULO II DIAGNÓSTICO LOCAL DA REALIDADE INFANTOJUVENIL	11
ENQUADRAMENTO.....	12
ABORDAGEM E METODOLOGIA.....	12
CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO DE ALIJÓ	13
CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA.....	14
Caracterização da população residente	17
Atividades económicas	19
Rendimento.....	20
Emprego e Formação Profissional.....	22
HABITAÇÃO SOCIAL	41
AÇÃO SOCIAL.....	42
SAÚDE	48
Justiça	53
SUBCAPÍTULO I	56



D. Sancho II
Agrupamento de Escolas
Alijó



Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó	56
SUBCAPÍTULO II	58
Diagnóstico local da realidade infantojuvenil - O que dizem os dados.....	58
Participação das crianças e dos jovens.....	58
Capitulo III.....	80
Plano Estrategico Local	80
Conclusão.....	95



D. Sancho II
Agrupamento de Escolas
Alijó



Nota Prévia

O plano apresentado é uma resposta dos questionários realizados para o *Projeto Adélia*, promovido pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), na elaboração de políticas para o desenvolvimento e fomentação de uma parentalidade livre de violência e promoção de comportamentos parentais cumpridores dos interesses e direitos da criança e jovem, numa coesão comunitária, sistémica e com objetivo na prevenção.

Este trabalho é um compromisso estratégico a médio prazo e que resulta da adesão da CPCJ de Alijó ao Projeto “Adélia”, que é projeto, promovido pela CNPDPCJ.

Este projeto assenta no apoio à Parentalidade Positiva e à capacitação parental e baseia-se em pilares fundamentais, tais como:

- ❖ “ Ser um lugar seguro, onde se promove a participação e a autonomia da criança, a sua saúde, o bem-estar social e emocional de acordo com as suas características e idade.”
- ❖ “ Ser uma estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos da criança, baseada no conhecimento da realidade infantojuvenil.

De salientar que este plano de diagnóstico engloba o funcionamento da comissão de proteção de crianças e jovens (CPCJ) de Alijó, com modalidades restrita e alargada, com base nos inquéritos realizados a crianças, jovens, famílias e entidades com competência em matéria de infância e juventude do concelho.

Introdução



O presente documento constitui o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, da CPCJ de Alijó, para o ano 2022-2026.

Este trabalho resulta da adesão da CPCJ de Alijó ao Projeto “Adélia”, que é projeto, promovido pela CNPDPCJ, de apoio à parentalidade positiva e à capacitação parental. É uma estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos da criança, baseada no conhecimento da realidade infanto-juvenil.

De salientar que todas as crianças e jovens são atores de direitos e deveres, e reconhecer a importância que a proteção e promoção tem nesses atores, é necessário articular a ação dos diferentes intervenientes, tais como família e comunidade escolar, em matéria de infância e juventude.

Este plano estratégico local tem como objetivo conhecer a realidade infanto-juvenil de Alijó e propor estratégias de intervenção nessa sequência, a ser dinamizadas, não só pela modalidade alargada (face às competências previstas no artigo 18.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro), mas, também, por todos os parceiros locais. Estas competências remetem para uma ação de índole preventiva da CPCJ, em parceria com outras entidades, direcionadas à prevenção primária dos fatores de risco que, na comunidade, afetam as crianças e jovens, os seus direitos e interesses, bem-estar e desenvolvimento integral.

Os objetivos do projeto Adélia assentam em três pilares fundamentais, tais como:

- Desenvolver planos locais de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, garantindo estratégias de apoio a uma parentalidade positiva e responsável;
- Qualificar a intervenção das comissões de proteção e das entidades com competência em matéria de infância e juventude;
- Capacitar as famílias para o exercício de uma parentalidade positiva nas diferentes dimensões da vida familiar.

O projeto Adélia desenvolve-se em eixos que se interligam, nas questões orientadoras de proteção, capacitação, famílias positivas e inovação social.



Ao nível da proteção, visa capacitar as famílias para realizarem uma parentalidade mais responsável, apoiando-se nos Planos Locais de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ), valorizando e incentivando a participação direta das crianças e jovens e desenvolvimento de atividades de melhoria das capacidades parentais das mesmas;

Na vertente da capacitação, esta orientação é dirigida aos/as técnicos/as das CPCJs locais e das várias entidades com competências em matéria de infância e juventude, nos domínios da melhoria das aptidões e responsabilidades parentais;

No que respeita às questões orientadoras de famílias positivas, visa desenvolver ações de sensibilização, seminários, workshops e campanhas para os atores estratégicos, famílias e comunidade local, no que respeita à promoção da parentalidade positiva e dos direitos das crianças e jovens;

Por fim, na orientação de inovação social, desenvolver concurso de ideias e soluções inovadoras sobre a promoção da parentalidade positiva.

Este projeto e plano vão ao encontro das diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e da Organização das Nações Unidas (ONU) que afirma que a infância tem direito a uma ajuda e assistência especiais e a família é o elo fundamental e natural para o desenvolvimento do bem-estar e crescimento do seu seio familiar, principalmente das crianças e jovens. É reconhecido e já estudado cientificamente que a criança ao crescer num ambiente familiar de felicidade, amor, compreensão e com responsabilidades, terá um desenvolvimento harmonioso e completo da sua personalidade, preparando-a plenamente para viver uma vida individual na sociedade, tendo os ideais e princípios orientadores da Carta das Nações Unidas.

Em 1924 foi expressa pela Declaração de Genebra os direitos das crianças, fomentando a necessidade de garantir uma proteção especial às mesmas, e as Nações Unidas adotou em 1959 a Declaração dos Direitos da Criança.



Esquema 1: Processo



D. Sancho II
Agrupamento de Escolas
Alijó



CAPÍTULO I

Abordagem e Metodologia



D. Sancho II
Agrupamento de Escolas
Alijó



METODOLOGIA

A importância e relevo que este diagnóstico nos dá é conhecer a perceção e o conhecimento que os principais interessados (crianças e jovens) têm sobre o concelho onde vivem e estudam. Para termos um conhecimento efetivo dessa realidade procedeu-se à realização de inquéritos, facultados pelos coordenadores do Projeto Adélia, às crianças e jovens que frequentam o Agrupamento de Escolas do Concelho, Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó.

Foram também auscultados os Pais e/ou Encarregados de Educação e as Entidades com competência em matéria de infância e juventude.

A metodologia adotada no presente documento pretende incidir sob a definição de um conjunto de prioridades estabelecidas no diagnóstico local, assim como identificar as áreas prioritárias estabelecidas em cada eixo de intervenção; verificar os recursos existentes no território de modo a fomentar uma rede equilibrada, dando respostas eficientes aos problemas sociais que vão surgindo; identificar os problemas sociais prioritários que possam ser alvo de intervenção.



Esquema 2: Do Diagnóstico à Ação



D. Sancho II
Agrupamento de Escolas
Alijó



CAPÍTULO II

DIAGNÓSTICO LOCAL DA REALIDADE INFANTOJUVENIL

ENQUADRAMENTO

O Diagnóstico é um instrumento dinâmico sujeito a atualizações periódicas que permite conhecer a realidade social no seu todo, através da identificação da deteção dos recursos e potencialidades locais, bem como, permite a identificação dos problemas prioritários e respetiva causalidade, e ainda os constrangimentos existentes na realidade infantojuvenil no concelho de Alijó.

Trata-se de um documento de desenvolvimento estratégico em termos sociais, facilitador da interação, cujos dados introduzidos irão permitir uma visão mais lata da realidade infantojuvenil do concelho.

ABORDAGEM E METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração do Diagnóstico Local teve como objetivo nas suas mais variadas vertentes, a priorização das problemáticas mais prementes passíveis de intervenção. O documento que se apresenta pretende ser uma ferramenta de trabalho participada e dinâmica e reconhecida por todos os parceiros locais como fundamental para a intervenção da CPCJ e constitui um instrumento base de apoio à elaboração/construção do Plano, entende-se que o mesmo sustentará um planeamento eficaz e concreto da intervenção social a curto e médio prazo na realidade infantojuvenil no concelho de Alijó.

O diagnóstico encontra-se dividido em três subcapítulos.

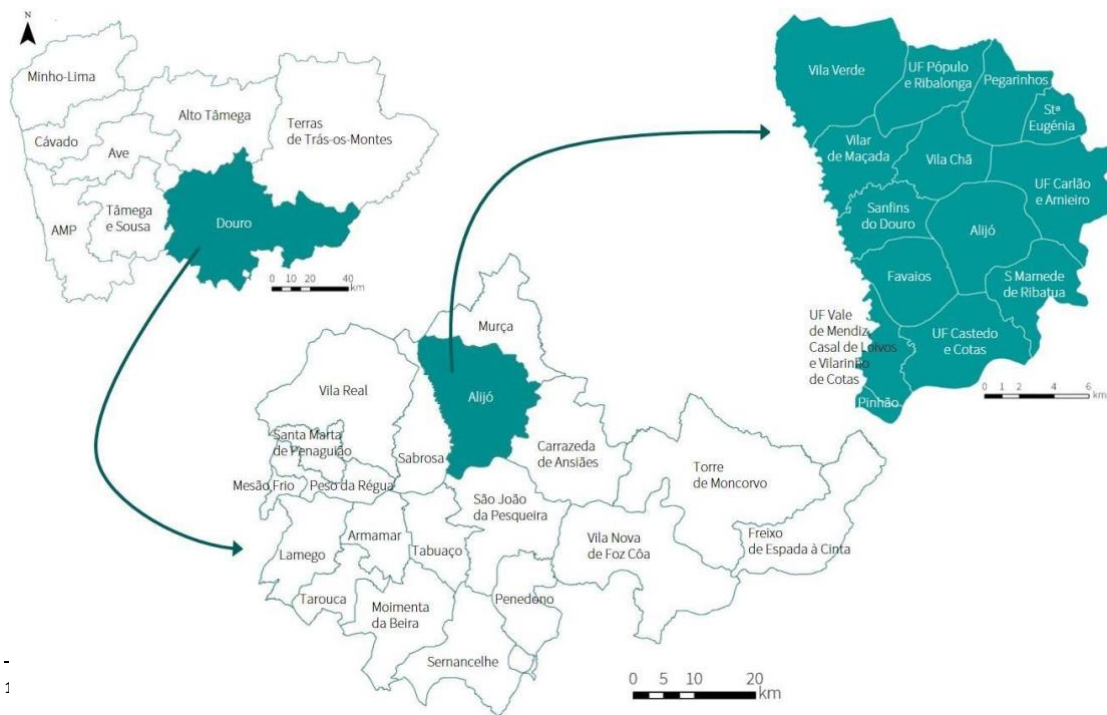
Nos subcapítulos I, procede-se à **caracterização do território**, da demografia, das organizações e dos grupos vulneráveis. Nos subcapítulos II, procede-se à **caracterização processual da CPCJ**. Nos subcapítulos III, procede-se à **análise dos inquéritos**.

Por fim, é realizada uma abordagem estratégica que remete para possíveis soluções das problemáticas identificadas. Nomeadamente estratégias e ações a desenvolver.

CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO DE ALIJÓ¹

O concelho de Alijó insere-se na região Norte do país, configurando um dos 19 concelhos que fazem parte da NUTSIII Douro. A norte, o território é limitado pelos concelhos de Vila Pouca de Aguiar (NUTSIII Alto Tâmega) e Murça (NUTSIII Douro), a leste encontra o concelho de Carrazeda de Ansiães, a sul São João da Pesqueira e a oeste Sabrosa, todos inseridos na NUTSIII do Douro.

Mapa 1: Região do Douro | Concelho de Alijó | Freguesias do concelho de Alijó





Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024

Alijó localiza-se na Região Demarcada do Douro, num território delineado pelos rios Douro, Tua, Tinhela e Pinhão e pelas “montanhas transmontanas”, onde surgem três cenários distintos, no entanto, todos com uma forte identidade rural.

A norte, um cenário agreste, pontuado pela cultura de azeite, cereais, leguminosas, batata e amendoais, com baixa densidade demográfica e população envelhecida; no centro, uma zona de transição entre a floresta e o cenário vinícola, onde se concentram os principais polos urbanos (Alijó, Favaio e Sanfins do Douro); e a sul um cenário marcado pelos vinhedos em socacos e paisagens verdejantes, típicas da paisagem duriense, reconhecida pela UNESCO como Património da Humanidade.

O território tem na cultura vitivinícola – cultura dos vinhos finos, generosos e de mesa, praticada nas terras junto aos rios (principal suporte económico da população). Também a pastorícia, em lameiros e os soutos, nas terras mais altas, ainda se constituem como fonte de rendimento de algumas famílias.

Com uma área de 297,60 km², que concentra 10 155 habitantes², Alijó constitui-se como o quarto concelho de maior dimensão (territorial e populacional) da região do Douro: ocupa mais de 7% da superfície da região e concentra cerca de 6% da população que nela reside. No entanto, o concelho de Alijó configura um território de baixa densidade: os 34 habitantes³ por km² sugerem alguns desequilíbrios na ocupação do território.

CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

² Projeção populacional para o ano 2020 através cálculo do Método Geométrico | Elaboração própria.

³ Projeção da densidade populacional por km² para o ano 2020 através cálculo do Método Geométrico.



O concelho de Alijó é ainda um território com características rurais, caracterizando-se como sendo um território envelhecido e disperso. Ao longo dos anos têm-se assistido a uma redução substancial de nascimentos e a uma diminuição abrupta de população, quer pela baixa taxa de natalidade quer pelo êxodo populacional acentuado. Alijó de dia para dia tem-se vindo a tornar uma “Terra de Velhos”, tendência que a autarquia quer inverter através da implementação de várias políticas sociais e de emprego.

No quadro interno, o concelho de Alijó está organizado em 14 freguesias, resultado da reorganização administrativa decretada pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro que promoveu a criação, por agregação, da União de Freguesias (UF) de Castedo e Cotas, da UF de Carlão e Amieiro, da UF de Pópulo e Ribalonga e da UF de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas

Evolução da população do concelho de Alijó ao longo dos Séculos XIX; XX e XXI

Pela observação dos quadros seguintes pode-se aferir que até à década de 60 a população no concelho teve uma tendência crescente, ressentindo-se na década 70 devido aos movimentos migratórios acentuados que estavam associados à fuga dos jovens da Guerra Colonial.

Quadro 1: Número de habitantes do concelho de Alijó ao longo do Séc. XIX e XX

Anos												
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
18 866	19 947	19 239	19 919	19 786	18 030	20 452	23 105	23 994	23 511	17 125	18 846	16 327

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Além dos movimentos migratórios, a estrutura da população do concelho sofreu com a diminuição da taxa de fecundidade, diminuição da taxa de mortalidade e aumento da esperança média de vida e do progressivo envelhecimento. Este fenómeno torna-se marcante a partir da década de 70, sendo esta a tendência que se mantém em todo o século XXI.

Através da análise do quadro seguinte é possível concluir a acentuada diminuição de nascimentos e o aumento de pessoas mais idosas e a tendência da diminuição da população. Perante isto, o concelho de Alijó debate-se presentemente com a problemática da não renovação geracional, o que resulta num território desertificado e abandonado. Perante este fenómeno, é necessário encontrar e aplicar soluções que permitam a fixação e atração de pessoas.





Quadro 2: Dados de caracterização do concelho de Alijó – População Global Séc. XXI- Censos

Dados referentes ao concelho de Alijó	Anos		
	2001 ⁽¹⁾	2011 ⁽¹⁾	2021
População Residente	14.320	11.942	10.486
Densidade Populacional (Número médio de indivíduos por km ²)	48	40	35
Famílias	5.285	4.770	-----
Superfície em km ²	297,6		
Número Freguesias	19		14

Fonte: PORDATA

Alijó perdeu quase 1/3 da população residente entre 2001 e 2020, isto é, cerca de 4 165 habitantes. Tendência que se irá manter se não houver uma política eficaz e capaz para travar a desertificação resultado dos movimentos migratórios, do envelhecimento e conseqüente desaparecimento da população.

Quadro 3: População residente por sexo (%) nos anos de 2011 e 2020 no concelho de Alijó

Concelho	População Residente 2011 ¹			População Residente 2021		
	Total			Total		
Alijó	11942	48,25%	51,75%	10486	48,78%	51,21%

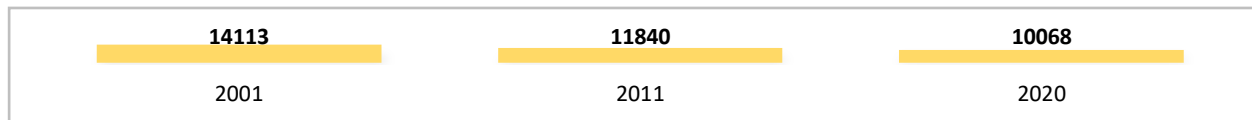
Fonte: PORDATA

Considerando os dados expressos no quadro acima, verifica-se que de um modo geral, é possível aferir que o concelho de Alijó é maioritariamente constituído por mulheres. No que diz respeito aos dados fornecidos pelas estimativas anuais da população em 2018, observa-se um decréscimo da população de -1.456 indivíduos, o que corresponde a uma variação de -12,2%.

Caracterização da população residente

Ao longo dos anos tem-se verificado um decréscimo da população residente no concelho, tal como ilustra o gráfico 1. Esta diminuição está muito relacionada com a fraca taxa de natalidade associada aos fluxos migratórios, da população ativa, para meios mais desenvolvidos.

Gráfico 1: População Residente do concelho de Alijó em 31 de dezembro



Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Pela observação do gráfico, que representa os dados censitários de 2001 e 2011, e os valores projecionais 2020 (método geométrico), verifica-se uma diminuição da população. No período de tempo de 19 anos tem uma redução de aproximadamente 4045 indivíduos, sendo esta redução devida à mortalidade associada aos mais velhos e à saída de jovens ativos para outros territórios.

Gráfico 2: Densidade populacional da População Residente



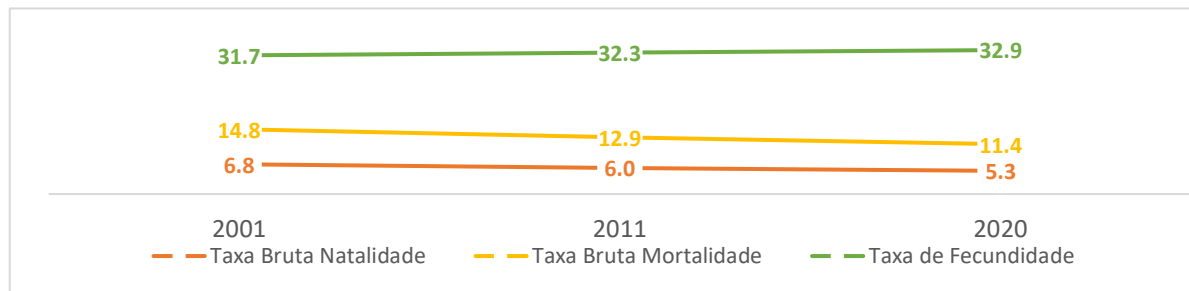
Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Taxa Natalidade; Taxa de Mortalidade; Taxa de Fecundidade do concelho de Alijó

Os indicadores relativos aos nascimentos e óbitos são fatores que permitem perceber a evolução da população de um dado território. Através da análise das taxas de natalidade e mortalidade, é possível aferir sobre o envelhecimento da população e a renovação geracional.

O envelhecimento demográfico que se tem vindo a sentir no país, com maior incidência nos territórios do interior, deve-se sobretudo a três fatores, nomeadamente ao aumento da esperança média de vida, à diminuição da taxa de natalidade e aos fluxos migratórios.

Gráfico 3: Taxa Bruta de Natalidade; Taxa Bruta de Mortalidade; Taxa de Fecundidade do concelho de Alijó por mil habitantes (0/00)⁴



De acordo com os dados expostos no gráfico 3, verifica-se que a taxa de mortalidade no concelho de Alijó tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Este facto deve-se não só ao aumento da longevidade mas também à diminuição abrupta da população.

No que se refere à taxa bruta de natalidade, confirma-se uma tendência de diminuição dos nascimentos ao longo do tempo, não só pelo facto de as famílias cada vez mais optarem por ter um a dois filhos em média mas também pela diminuição de pessoas em idade fértil a residir no território.

⁴ Projeção populacional para o ano 2020 através cálculo do Método Geométrico

A conjugação destes dois valores revela-nos que a população de Alijó está em risco de não conseguir ter renovação geracional, tornando-se cada vez mais num território envelhecido e desertificado.

Quadro 4: Número de indivíduos, das várias faixas etárias

Número de indivíduos dos 0 aos 14 anos			
Crescimento Populacional (estimativa)	2001	2011	2020
-0,05%	2086	1346	858
Número de indivíduos dos 15 aos 24 anos			
Crescimento Populacional (estimativa)	2001	2011	2020
-0,05%	2019	1198	698
Número de indivíduos dos 25 aos 64 anos			
Crescimento Populacional (estimativa)	2001	2011	2020
-0,02%	6993	6043	5046
Número de indivíduos com mais de 65 anos			
Crescimento Populacional (estimativa)	2001	2011	2020
0,01%	3222	3355	3553
Total	14320	11942	10155

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Tal como se verifica no quadro anterior, verifica-se que a única percentagem positiva de crescimento é o número de indivíduos com mais de 65 anos, o que perfaz cerca de 35% desta faixa etária. As restantes faixas etárias apresentam um crescimento populacional negativo, estando de acordo com a linha da taxa bruta de natalidade

(gráfico 3).

Trata-se de um concelho com particularidades rurais, pois é da vinha e também da agricultura que continuam a viver a maioria dos seus habitantes. Para além do vinho generoso e dos vinhos de mesa, nesta região também se produz azeite, cereais, fruta, leguminosas, batata e amêndoa, assim como do pequeno comércio.

O turismo é outra atividade económica importante, pois Alijó possui um belo património natural, cultural e histórico de valor significativo.

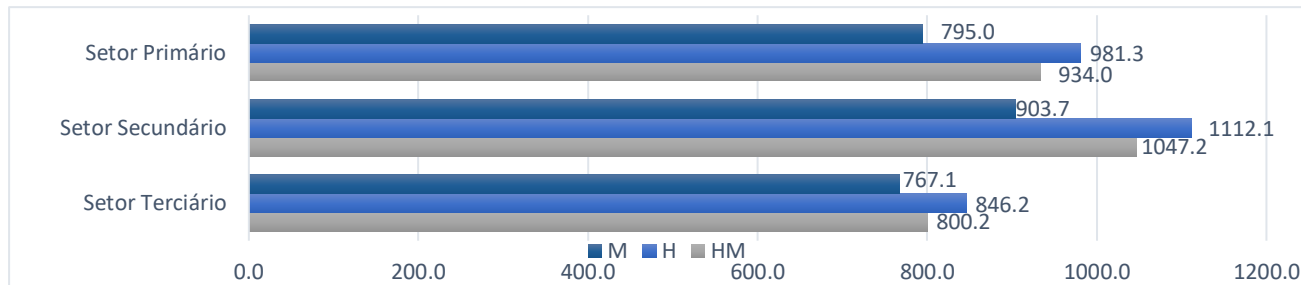
O domínio produtivo do concelho está fortemente dominado pelo sector primário, assumindo a agricultura um papel de destaque, embora em termos de distribuição do emprego, o sector terciário ocupe a posição de topo.

Rendimento

O rendimento é o valor que fica à disposição de um agente económico depois de pagos os impostos diretos e as quotizações sociais, e depois de recebidas as transferências sociais (subsídios, abonos, entre outros).

No gráfico seguinte, podemos aferir o ganho médio mensal recebido pelos trabalhadores nos diferentes setores de atividade.

Gráfico 4: Ganhos médios mensais por sexo e por setor de atividade em 2017



Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Outro dado importante que o gráfico infra nos mostra é a discrepância entre os ganhos da mulher e do homem. Em todos os setores assiste-se a essa discrepância, que faz a distinção de género, lesando sempre a mulher. Desde sempre que a diferença salarial entre mulheres e homens existiu, no entanto

na sociedade atual é necessário acabar com essa assimetria entre os géneros, uma vez que a formação e o trabalho é o mesmo, logo os salários devem refletir isso.

Quadro 5: Emprego e remuneração média mensal por sexo, no concelho

Remuneração média mensal de 2011			Remuneração média mensal de 2019		
Média Total	♂	♀	Média Total	♂	♀
748,4€	789,90€	663,10€	921,80€	998,10€	846,40€

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

A disparidade média salarial entre homens e mulheres em 2019, no concelho de Alijó é de aproximadamente 152€.

Quadro 6: Remuneração média mensal por setor de atividade económica e por sexo no concelho

Agricultura, produção animal caça, silvicultura e pesca		Indústria, construção energia e água		Indústria Transformadora		Construção		Serviços	
♂	♀	♂	♀	♂	♀	♂	♀	♂	♀
781,90€	762,70€	977,00€	800,40€	1.085,70€	804,80€	811,20€	745,60€	748,00€	686,90€

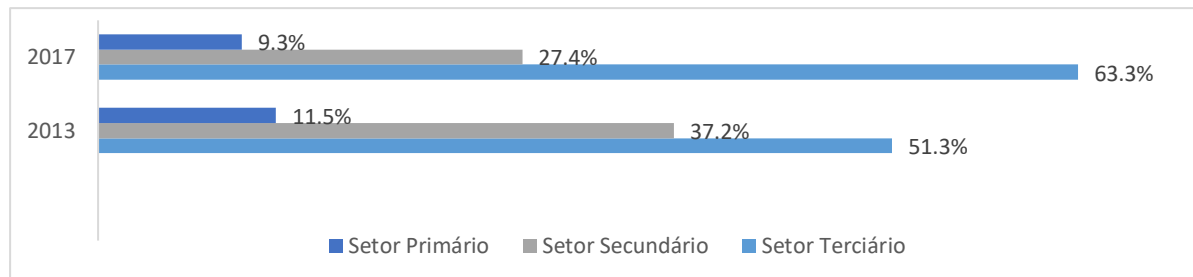
Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Os dados relativos aos ganhos médios mensais, no concelho, seguem a tendência das mulheres a ganhar valores inferiores aos dos homens. Por outro lado, também é no sexo feminino que se verificam valores mais elevados ao nível do desemprego. Estas diferenças de rendimentos entre mulheres e homens traduz-se “num risco significativo de pobreza e exclusão social para as mulheres (...) As mulheres também passam em média 22 horas por semana a realizar trabalho não remunerado (...) em comparação com menos de 10 horas para os homens (...) Estas diferenças significam que a disparidade salarial entre homens e mulheres na UE situa-se atualmente em cerca de 16% (...)” (Associação ACEGIS, 2020).

Trabalhadores/as por conta de outrem (TCO): ganhos médios por setor de atividade e por sexo

Pela observação do gráfico, o setor que mais mão-de-obra absorve é o terciário. No entanto, quando anteriormente se observa que os maiores empregadores/as do concelho são as empresas ligadas à produção de vinho e à viticultura, o mesmo dá a entender uma incongruência entre os dados. Importa referir que atualmente é a produção de vinho que tem incentivado o turismo com a abertura das quintas para o mesmo, seja através de hotéis, SPAS, visitas, degustação, lojas de venda, restaurantes, entre outros. Relativamente aos dados do setor secundário, este emprega maior percentagem que o primário, não esquecendo que estes dados refletem os trabalhadores/as com contrato e que na maioria dos casos estão ligados à produção de vinho. Ainda assim, o trabalho agrícola (setor primário) no concelho, regra geral é feito à jornada, sem contemplar qualquer tipo de salário fixo, fazendo parte das cifras negras que refletem o trabalho e as condições contratuais precárias.

Gráfico 5: Percentagem de Trabalhadores por conta de outrem por setor de atividade em 2013 e 2017



O acesso ao emprego é um dos fatores para a inclusão, integração e inserção da pessoa na sociedade, sendo um aspeto fundamental para o bem-estar da pessoa. O emprego e o acesso ao mesmo é um direito fundamental e universal que assiste a todos/as, para tal são criados incentivos ao emprego e à procura do mesmo, gabinetes de apoio à procura de emprego, formação profissional, entre outros.



Quadro 7: População ativa, empregada e desempregada

Anos	População Ativa	População Média Empregada	População Média Desempregada
2011	7 104	2 032	690
2020	6 243	1 824	596

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Pela observação dos números do quadro acima, depreende-se que comparativamente, a população empregada, no universo da população ativa é muito baixa. Este fenómeno pode estar associado a contratos de curta duração e precariedade laboral ou à falta de contrato, ou seja, muitos indivíduos trabalham “ao negro” sem terem a segurança e benefícios de um contrato de trabalho legal.

Quadro 8: Número de pessoas inscritas, por tempo de inscrição, situação face à procura de emprego, por sexo e por ano, no GIP

Anos	Sexo			Tempo de Inscrição		Situação face à procura	
			Totais	< de 1 ano	1 ano e +	1º emprego	Novo emprego
2019	280	276	556	226	330	54	502
2020	341	284	625	279	346	58	567

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Comparativamente a 2019, o ano de 2020 registou um aumento do número de pessoas inscritas no GIP de Alijó, sendo o número de inscritos do sexo masculino predominante em todos os indicadores. O aumento de pessoas inscritas pode ser justificada pela Pandemia COVID-19.



EDUCAÇÃO

No concelho de Alijó, o número de estudantes tem vindo a diminuir, estando esta tendência em sintonia com a diminuição da população e a não renovação geracional. Perante esta diminuição desde há muito que várias escolas têm vindo a ser encerradas uma vez que o número de estudantes não justifica a continuação do seu funcionamento.

Perante este fenómeno e diminuição acentuada de estudantes no concelho, no ano letivo 2019/2020 a rede pública de estabelecimentos é a seguinte:

- ❖ 6 Estabelecimentos de Educação Pré-escolar;
- ❖ 6 Escolas de Ensino Básico de 1.º Ciclo;
- ❖ 2 Escolas de Ensino Básico de 2º e 3º ciclo;
- ❖ 1 Escola de Ensino Secundário.

Relativamente ao 2º e 3º Ciclo, existem dois estabelecimentos no concelho. Um em Alijó, que concentra a maioria dos/as estudantes e outro na freguesia do Pinhão, que abarca estudantes da zona sul do concelho e de outras localidades limítrofes fora do concelho. Quanto ao ensino secundário o concelho conta apenas com um estabelecimento em Alijó que dá resposta a todo o concelho, agrupando estudantes de todas as freguesias. Existe ainda um Centro Qualifica, que permite o aumento da escolaridade da população. Existem ainda 4 jardins-de-infância privados e 3 creches distribuídos por várias freguesias do concelho.

Quadro 9: Distribuição dos equipamentos escolares públicos e privados pelo concelho

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Freguesia		Estabelecimento	2011/12	2015/16	2019/20
Ensino Público	Alijó	Pré-escolar Alijó	55	32	19
		EB1 Alijó	194	135	132
		EB 2, 3 Alijó	340	416	369
		Secundário Alijó	251	203	191
	Favaios	EB1 Favaios nº2	51	68	52
	Pegarinhos	Pré-escolar Pegarinhos	13	10	10
		EB1 Pegarinhos	37	30	21
	Pinhão	Pré-escolar Pinhão	30	11	14
		EB1 Pinhão	45	38	22
		EB 2, 3 Pinhão	93	44	49
	Sanfins do Douro	Pré-escolar Sanfins do Douro	21	7	9
		EB1 Sanfins do Douro	46	39	24
	UF. Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas	Pré-escolar Vilarinho de Cotas	13	8	6
	Vilar de Maçada	Pré-escolar Vilar de Maçada	23	12	9
EB1 Vilar de Maçada		29	26	13	
Freguesia		Estabelecimento	Capacidade		
Ensino Privado	Alijó	Pré-escolar da Santa Casa da Misericórdia	50		
	Favaios	Pré-escolar do Grupo Social, Recreativo, Cultural e Desportivo	50		
	Sanfins do Douro	Pré-escolar da Associação Cultural e Social	17		
	Vila Verde	Pré-escolar do Centro Social, Recreativo e Cultural	30		

Analisando o quadro acima identificado, verifica que os estabelecimentos de ensino são reduzidos. Também a partir deste quadro, pode-se constatar que há estudantes que têm que se levantar mais cedo (7:20h) e chegar mais tarde (18:35h), o que faz com que estes estejam fora do seu domicílio cerca de 11:20h. Durante o período de inverno, as horas com luminosidade são reduzidas, pelo que os mesmos que têm que ficar restringidos a estes horários (de saída e chegada).



Os/as estudantes fora do período letivo e que permanecem no estabelecimento de ensino têm ao seu dispor 2 respostas, para preencher esse tempo. No pré-escolar têm as Atividades de Animação e Apoio à Família, e para o 1º Ciclo a Componente de Apoio à Família. Ambas as respostas são da responsabilidade da Câmara Municipal.

Entre 1999 e 2019 encerraram no concelho de Alijó 42 estabelecimentos de ensino. Este é um indicador da baixa natalidade e da desertificação, ou seja, a diminuição progressiva de população é consequência direta destes encerramentos.

Níveis de escolaridade da população residente no concelho de Alijó

A população de Alijó nos censos de 2011 apresentava um número elevado de analfabetismo. Esta tendência tem vindo a diminuir, até porque é nas classes etárias mais velhas que estes números se refletem.

Ainda devido à herança do Estado Novo a percentagem de analfabetos é maior nas mulheres, pois considerava-se que a mulher não precisava de ser letrada para cuidar da casa, dos filhos e do marido. Como tal, persistia a ideia de a mulher não ir à escola ou quando frequentava não ia muito além do ensino primário. Essa forma de vida acaba por ser espelhada nos dados apresentados no quadro a seguir.

Quadro 10: Percentagem da população residente com 15 ou mais anos, analfabeta, por nível de escolaridade e por sexo.

Taxa de Analfabetismo		Pessoas que concluíram o Ensino Secundário		Pessoas que concluíram o Ensino Superior	
13,0%	21,9%	9,9%	10,5%	4,1%	7,1%

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Se por um lado temos as mulheres com a maior percentagem de analfabetismo, são também as mulheres que apresentam a maior percentagem de conclusão do secundário e do ensino superior. Da mesma forma que o analfabetismo estará relacionado com o Estado Novo, o facto é que após o 25 de abril a condição de mulher mudou. Ao tornar-se independente do homem, procurou nos estudos a emancipação, podendo ser esta uma das justificações para a discrepância das percentagens entre os sexos na frequência do ensino superior.

Ao nível global de conclusão do ensino secundário, a taxa bruta de escolarização do concelho em 2018/2019, situa-se nos 67,8% (PORDATA).

Relativamente ao ensino superior, o número de estudantes inscritos/as tiveram oscilações ao longo dos anos (conforme quadro 16). No mesmo quadro, pode-se concluir que existe maior número de matrículas efetuadas no ensino superior público.

Quadro 11: Estudantes inscritos/as por ano letivo no ensino superior e por tipologia de ensino

	Ensino Público	Ensino Privado	Total
2011/2012	268	17	285
2016/2017	242	17	259
2019/2020	246	16	262

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Número de estudantes por grau de ensino em cada estabelecimento de ensino do concelho de Alijó

Quadro 12: Centro Escolar de Alijó, número de estudantes a frequentar e nº de retenções no ano letivo 2019/2020

Ciclo de Escolaridade	Nº de Estudantes	Nº de retenções	Freguesias abrangidas
Educação Pré-escolar	19	0	Alijó, S. Mamede de Ribatua, Vila Chã, Vila Verde, UF. Pópulo e Ribalonga, UF. Castedo e Cotas
1º Ciclo	132	4	
Total	151	4	

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Quadro 13: Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó, número de estudantes a frequentar e número de estudantes retidos no ano letivo 2019/2020

Ciclo de Escolaridade	Nº de estudantes	Nº de retenções
2º Ciclo	143	0
3º Ciclo	226	2
Secundário – Cursos Científico-Humanísticos	140	14
Secundário – Cursos Profissionais	51	4
Total	560	20

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Pinhão

. Este estabelecimento conta com os níveis escolares da Educação Pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo a funcionar no mesmo edifício. Este ajuntamento deveu-se à perda anual de estudantes neste estabelecimento, perante isto foi decidido aglomerar todos os níveis de ensino no mesmo edifício.

Quadro 14: Escola Básica do Pinhão, número de estudantes a frequentar no ano letivo 2019/2020

Ciclo de Escolaridade	Nº de estudantes	Nº de retenções
<i>Educação Pré-escolar</i>	14	0
<i>1º Ciclo</i>	22	1
<i>2º Ciclo</i>	21	0
<i>3º Ciclo</i>	28	2
Total	85	3

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Faviaios

Quadro 15: Escola Básica de Faviaios, número de estudantes a frequentar no ano letivo 2019/2020

Ciclo de Escolaridade	Nº de estudantes	Nº de retenções
<i>1º Ciclo</i>	52	0
Total	52	0

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Sanfins do Douro

A freguesia de Sanfins do Douro conta com o Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo, além da sede de freguesia, este estabelecimento apoia as localidades de Cheires, Cova de Lobos e Agrelos.

Quadro 16: Educação Pré-Escolar e Escola Básica de Sanfins do Douro, número de estudantes a frequentar no ano letivo 2019/2020

Ciclo de Escolaridade	Nº de estudantes	Nº de retenções
<i>Educação Pré-escolar</i>	9	0
<i>1º Ciclo</i>	24	1
Total	33	1

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Vilar de Maçada

Além da sede de freguesia, a escola de Vilar de Maçada serve as localidades de Cabeda, Sanradela, Francelos e Vale de Agodim. Apesar da grande cobertura geográfica, o nº de estudantes é escasso.

Quadro 17: Educação Pré-Escolar e Escola Básica de Vilar de Maçada, número de estudantes a frequentar no ano letivo 2019/2020

<i>Ciclo de Escolaridade</i>	<i>Nº de estudantes</i>	<i>Nº de retenções</i>
<i>Educação Pré-escolar</i>	9	0
<i>1º Ciclo</i>	13	0
Total	22	0

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Pegarinhos

Localizada mais a norte do concelho, a escola de Pegarinhos dá apoio às freguesias limítrofes. Esta escola junta os alunos/as de Pegarinhos, Santa Eugénia e da União de Freguesias de Carlão-Amieiro.

Quadro 18: Educação Pré-Escolar e Escola Básica de Pegarinhos, número de estudantes a frequentar no ano letivo 2019/2020

<i>Ciclo de Escolaridade</i>	<i>Nº de estudantes</i>	<i>N.º de retenções</i>
<i>Educação Pré-escolar</i>	10	0
<i>1º Ciclo</i>	21	0
Total	31	0

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Vilarinho de Cotas

Localizada a sul do concelho, a escola pré-escolar de Vilarinho de Cotas junta um total de 4 alunos/as, abrange as 3 localidades da freguesia, nomeadamente Vilarinho de Cotas, Vale de Mendiz e Casal de Loivos.

Quadro 19: Educação pré-escolar, número de estudantes a frequentar no ano letivo de 2019/2020

<i>Ciclo de Escolaridade</i>	<i>N.º de estudantes</i>	<i>N.º de retenções</i>
<i>Educação Pré-escolar</i>	4	0
Total	4	0

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Em conclusão, existem 882 alunos/as no nível pré-escolar, 61 estudantes no 1º ciclo, 164 estudantes no 2º ciclo, 254 alunos/as no 3º ciclo, no ensino secundário existem 140 estudantes e por fim, nos cursos profissionais existem 51 alunos/as. Quanto às retenções, desde o 1º ciclo até aos cursos profissionais, o número de estudantes que ficaram retidos foi de 286, tal como nos mostra a tabela seguinte:

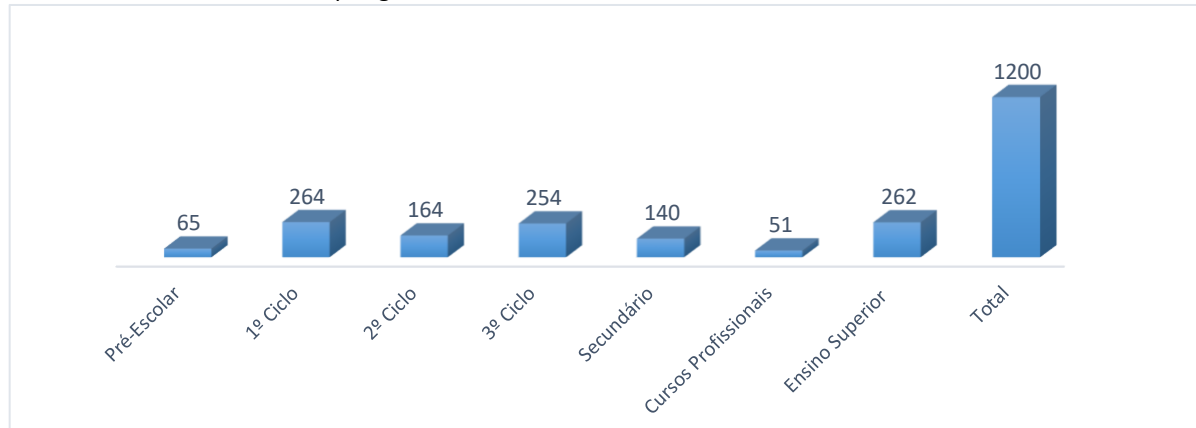
Quadro 20: Número de estudantes por grau de ensino em cada estabelecimento e retenções, no ano letivo de 2019/2020

	Pré-escolar	1º Ciclo	Retenções	2º Ciclo	Retenções	3º Ciclo	Retenções	Ensino Secundário	Retenções	Cursos Profissionais	Retenções
Alijó	19	132	4	143	0	226	2	140	14	51	4
Pinhão	14	22	1	21	0	28	2				
Favaios	----	52	0								
Sanfins do Douro	9	24	1								
Vilar de Maçada	9	13	0								
Pegarinhos	10	21	0								
Vilarinho de Cotas	4	0	0								
Total	65	264	6	164	0	254	4	140	14	51	4

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Seguidamente, o gráfico seguinte mostra o número de estudantes a frequentar os vários níveis de ensino do concelho de Alijó do ano letivo de 2019/2020.

Gráfico 6: Número de alunos por grau de ensino do ano letivo 2019/2020



Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Ação Social Escolar

Em relação aos apoios escolares, o quadro seguinte mostra o número de estudantes que recebem subsídio escolar, mediante os escalões atribuídos, nos polos escolares do concelho de Alijó.

Quadro 21: Polo Escolar e Escola D. Sancho II - Alijó

Estabelecimento de Ensino	Ciclo de Escolaridade	Nº de estudantes			
		Escalão A	Escalão B	Escalão C	Total
Polo Escolar e Escola D. Sancho II - Alijó	Educação Pré-escolar	12	2	5	19
	1º Ciclo	50	36	46	132
	2º Ciclo	46	34	9	89
	3º Ciclo	75	64	25	164
	Secundário – Cursos Científico-Humanísticos	29	36	10	75
	Secundário – Cursos Profissionais	16	12	0	28
	Total	228	184	95	507
E. do Pinhão	Educação Pré-escolar	1	4	4	9
	1º Ciclo	3	11	7	21
	2º Ciclo	4	3	5	12
	3º Ciclo	0	7	5	12
	Total	8	25	21	54
E. B. de Favaios	1º Ciclo	0	0	38	38
	Total	0	0	38	38
E. B. de Sanfins do Douro	Educação Pré-escolar	1	2	2	5
	1º Ciclo	7	4	10	21
	Total	8	6	12	26
E. B. de Vilar de Maçada	Educação Pré-escolar	5	2	2	9
	1º Ciclo	2	8	3	13
	Total	7	10	5	22
E.B de Pegarinhos	Educação Pré-escolar	3	3	2	8
	1º Ciclo	11	4	5	20
	Total	14	7	7	28
Total Geral		265	232	140	637

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Num total de 938 alunos/as que frequentam os diferentes níveis de ensino no concelho de Alijó, 497 beneficiam de medidas de apoio no âmbito da ação social escolar.

Medidas Educativas

São medidas de aprendizagem e de inclusão que têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada estudante e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.

O Agrupamento de Escolas de Alijó, D. Sancho II,

conta com alunos/as de diferentes ambientes e percursos. Numa perspetiva de inclusão e integração com respeito pelas origens, limitações e necessidades de cada aluno/a propõem um currículo individualizado para estudantes que necessitem de um acompanhamento diferenciado, como forma de salvaguardar os interesses superiores destes.

A sua implementação ocorre em todas as modalidades e percursos de educação e de formação, de modo a garantir que todos/as os/as alunos/as têm igualdade de oportunidades no acesso e na frequência das diferentes ofertas educativas e formativas.

Medidas educativas aplicadas

Quadro 22: Número de estudantes com medidas educativas seletivas e adicionais por ciclos de escolaridade e sexo no concelho de Alijó no ano letivo 2019/2020

<i>Ciclo de Escolaridade</i>	<i>Nº de estudantes</i>	
	H	M
<i>Educação Pré-escolar</i>	2	0
<i>1º Ciclo</i>	9	6
<i>2º Ciclo</i>	11	3
<i>3º Ciclo</i>	14	14
<i>Secundário – Cursos Científico-Humanísticos</i>	6	3
<i>Secundário – Cursos Profissionais</i>	3	1
Total	45	27

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Quadro 23: Número de estudantes descendentes de pais imigrantes por ciclo de ensino no ano letivo 2019/2020, no concelho de Alijó

<i>Ciclo de Escolaridade</i>	<i>Nº de estudantes</i>
<i>Educação Pré-escolar</i>	2
<i>1º Ciclo</i>	5
<i>2º Ciclo</i>	5
<i>3º Ciclo</i>	3
<i>Secundário – Cursos Científico-Humanísticos</i>	1
<i>Secundário – Cursos Profissionais</i>	1
Total	17

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

No que diz respeito à etnia cigana, o concelho de Alijó conta com um número significativo de pessoas. No entanto, e devido aos seus hábitos e costumes muitas crianças e jovens de etnia cigana abandonam precocemente o ensino. Em muitos casos frequentam a escola até aos 18 anos (idade mínima obrigatória) sem terem sucesso escolar, contribuindo para o aumento do absentismo.

Quadro 24: Número de estudantes de etnia cigana por ciclo de ensino no ano letivo 2019/2020, no concelho



Ciclo de Escolaridade	N.º de Estudantes
<i>Educação Pré-escolar</i>	2
<i>1º Ciclo</i>	3
<i>2º Ciclo</i>	3
<i>3º Ciclo</i>	3
<i>Secundário – Cursos Científico-Humanísticos</i>	0
<i>Secundário – Cursos Profissionais</i>	1
Total	12

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Pela análise do quadro, observa-se que há um decréscimo de estudantes de etnia cigana além do 3º ciclo. A baixa instrução/habilitação dos progenitores e dos avós serão um dos fatores para o insucesso escolar destes jovens, que ainda não vêm, alguns, na escola uma mais-valia, preferindo continuar nos negócios de família.

Programa Qualifica⁵

O Programa Qualifica tem como objetivo melhorar os níveis de educação, formação e qualificação dos/as adultos/as, contribuindo para a melhoria dos níveis de qualificação da população e a melhoria da empregabilidade dos/as indivíduos. Este programa assenta numa estratégia de qualificação que integra respostas educativas e formativas e instrumentos diversos que promovem a sua efetiva qualificação. Este programa está direcionado apenas para pessoas adultas.

O Centro Qualifica de Alijó

Este centro é especializado na qualificação de adultos/as e tem como objetivo melhorar os níveis de qualificação e de empregabilidade nos concelhos de Alijó, Carraceda de Ansiães, Murça e Sabrosa.

⁵Retirado de: <https://www.qualifica.gov.pt/?fbclid=IwAR2yFHswxO3qS627fSjuz7QGMUOKofdyaYrxW2Qc4TN3zOBWC4NZuVUgCY#/programaQualifica>

Quadro 25: Número de pessoas inscritas, a frequentar por grau de habilitação e por sexo

Grau de habilitação pretendido	Nº de inscritos/as		Nº a frequentar	
	♂	♀	♂	♀
2º Ciclo	7	10	0	3
3º Ciclo	15	14	1	1
Secundário	28	41	7	5
Totais	50	65	8	9

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Quadro 26: Número de pessoas inscritas, a frequentar por grau de habilitação e por faixa etária

Grau de habilitação pretendido	Nº de pessoas inscritas				N.º de pessoas a frequentar			
	[18-30]	[31-40]	[41-50]	[51 +]	[18-30]	[31-40]	[41-50]	[51 +]
2º Ciclo	0	2	3	12	0	1	1	1
3º Ciclo	0	5	12	12	0	0	2	0
Secundário	19	20	20	10	4	2	5	1
Totais	19	27	35	34	4	3	8	2

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Passaporte Qualifica

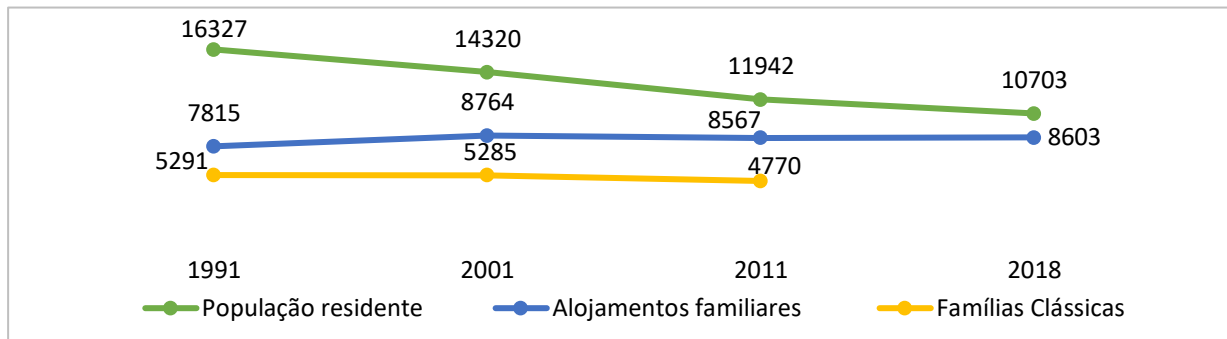
Em síntese, no referente ao capítulo da Educação, verifica-se que nas últimas décadas, houve uma diminuição acentuada da taxa de analfabetismo e um progressivo aumento do nível de escolaridade da população, em linha, aliás, com o progressivo alargamento da escolaridade obrigatória em Portugal, mas também com os investimentos feitos na escolarização de adultos e processos de RVCC (Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências).

HABITAÇÃO E URBANISMO

O acesso à habitação própria ou o acesso ao mercado de arrendamento está condicionada aos rendimentos das famílias que por vezes são incompatíveis com os valores dos imóveis.

O parque habitacional do concelho era constituído por 8.567 alojamentos familiares clássicos no ano de 2011, aumentando em 2018 para 8.603 alojamentos. O gráfico que se segue demonstra o número de população residente no concelho, bem como o número de edifícios familiares e famílias clássicas existentes.

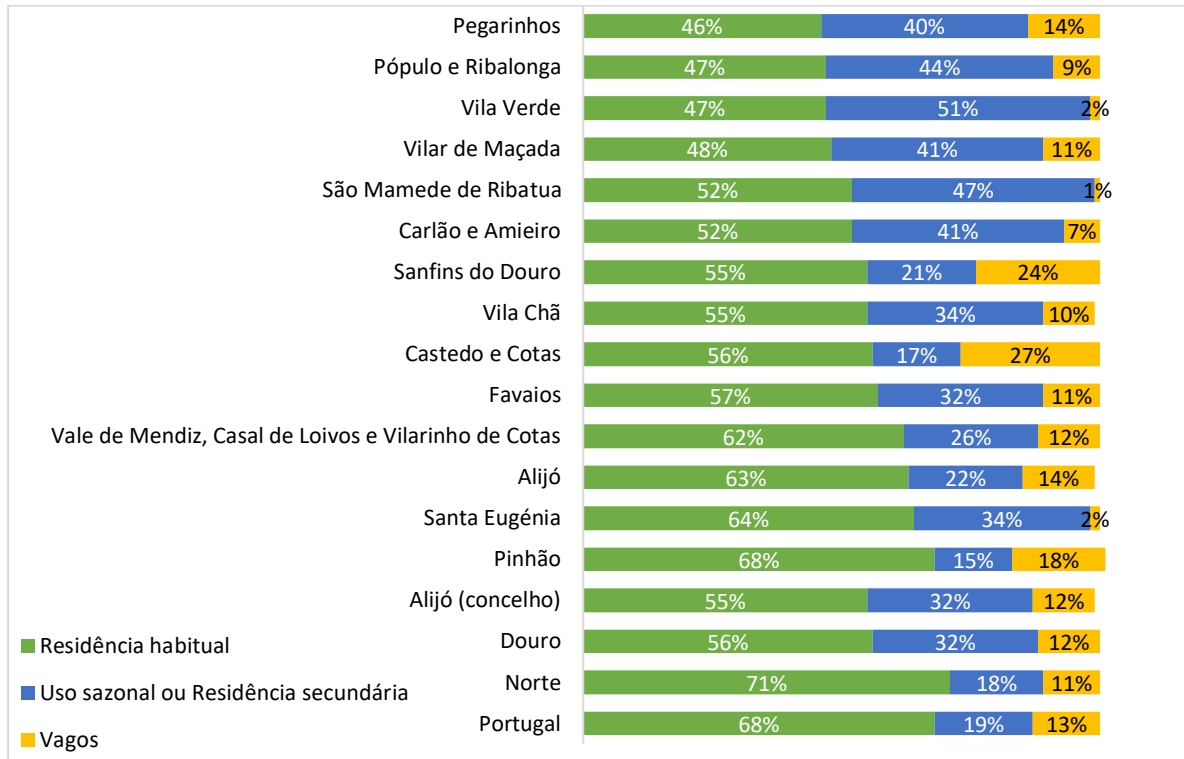
Gráfico 7: População, famílias e alojamentos familiares



Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

O gráfico que se segue expõem a forma de ocupação pelas famílias, distribuídas pelas diversas Freguesias do concelho.

Gráfico 8: Alojamentos por tipologia de ocupação



Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

A redução da população residente tem como consequência a redução do número de famílias. No ano de 2011, mais de 3800 alojamentos estavam afetos a segunda residência, a uso sazonal ou vagos. Esta situação faz com que o concelho se tornasse um território com menor preponderância de habitação permanente, face à média nacional e da Região do Douro, apenas as freguesias do Pinhão, Santa Eugénia, Favaios, Alijó, União de Freguesia de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas apresentam um peso de alojamentos familiares de habitação permanente superior ao padrão da Região do Douro. (ELH)

No que diz respeito ao estado de conservação do parque habitacional do concelho de Alijó, este apresenta sinais de envelhecimento, onde apenas 22% dos edifícios foram construídos após 1990, face aos 28% da Região do Douro e os 30% da Região Norte do País. Mais de 40% dos edifícios do concelho necessitam de reparações, sendo as Freguesias de São Mamede de Ribatua, Pegarinhos, Vila Verde, Pinhão, Santa Eugénia e a União de Freguesias de Carlão e Amieiro que apresentam maior degradação das habitações, onde um quinto dos edifícios necessita de intervenção. (ELH)

No momento está a ser implementada a Estratégia Local de Habitação (ELH), cujo principal objetivo é melhorar as condições dos alojamentos próprios dos agregados familiares e habitação social.

Infraestruturas dos Alojamentos/Carências habitacionais

No que diz respeito à instalação elétrica, água canalizada e esgotos os alojamentos com ausência destas infraestruturas são reduzidos, conforme se pode ver pela tabela seguinte:

Quadro 27: Alojamentos familiares ocupados por instalações existentes segundo os censos

Território	Total	Água canalizada	Duche/Banho	Instalações Sanitárias	Eletricidade ⁶	Cozinha ²⁶	Esgotos
Portugal	3 997 724	3 971 833	3 918 455	3 961 515	X	X	3 977 467
Norte	1 320 860	1 310 475	1 287 373	1 906 972	X	X	1 313 024
Douro	77 670	76 913	74 948	76 374	X	X	77 050
Alijó	4 752	4 727	4 588	4 667	X	X	4 729

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

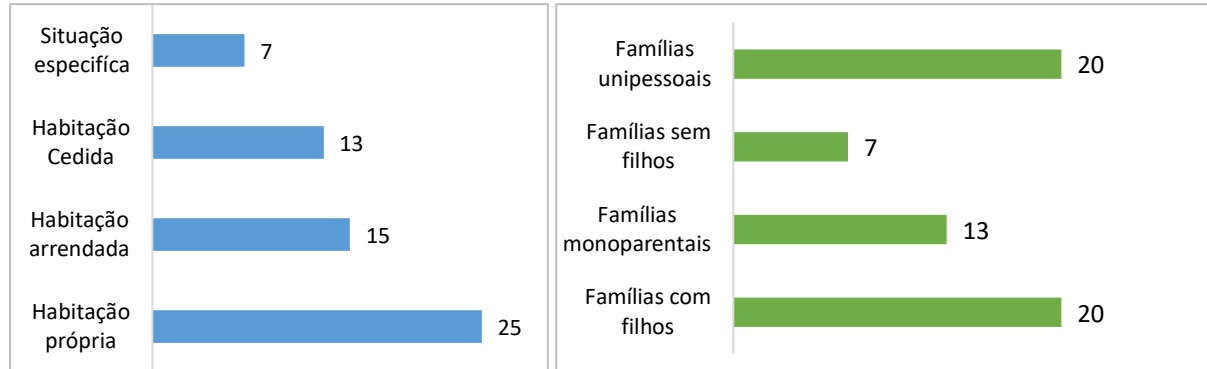
Analisando o quadro, e segundo os censos de 2011, a maioria dos fogos habitacionais possui água canalizada.

Quanto aos pedidos efetuados nos serviços de ação social do Município de Alijó, até 30 de dezembro de 2019 os serviços contabilizaram 60 pedidos de habitação. (ELH)

⁶ Os indicadores de eletricidade e cozinha, não são mencionados nos censos de 2011.

Gráfico 9: Caracterização do total dos pedidos de habitação face à situação habitacional⁷ e por tipologia familiar em 2019

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.



Da análise dos gráficos considera-se que a maior parte dos pedidos de habitação foram feitos por agregados familiares com habitação própria. No que concerne à tipologia familiar, foram as famílias com filhos e unipessoais que registaram mais pedidos (40 pedidos).

Tendo em conta o enquadramento do conceito

de condições indignas do 1.º Direito⁸, a maioria dos pedidos são classificados como insalubres e inseguras (41 pedidos), conforme gráfico seguinte:

Gráfico 10: Caracterização do total dos pedidos de habitação com enquadramento no artigo 5.º do Decreto-lei n.º37/2018 em 2019

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

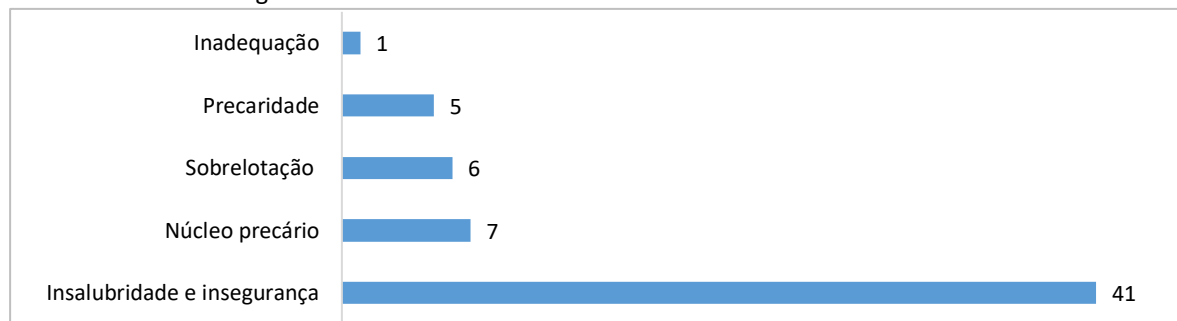
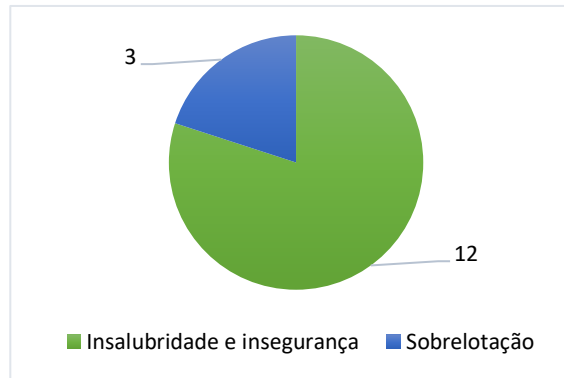
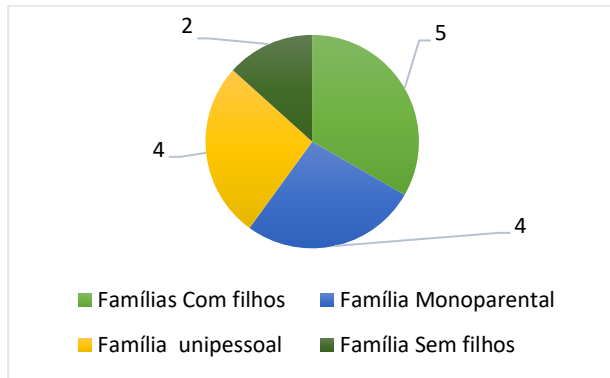


Gráfico 11: Caracterização dos agregados que vivem em habitações arrendadas quanto à tipologia familiar e condições de habitabilidade em 2019

⁷ Onde se lê situação de específica deve-se entender como as situações que não estão enquadradas nas restantes tipologias apresentadas, como por exemplo, habitações emprestadas.

⁸ Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho



Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Relativamente ao gráfico 9, nos pedidos de habitação de agregados que residem em casas arrendadas, as condições habitacionais são indicadas como insalubres e inseguras. No mesmo gráfico, são as famílias com filhos e unipessoais aquelas que efetuaram o maior número de pedidos.

Quanto aos agregados familiares que vivem em habitações cedidas (gráfico 11), constatou-se que predomina os pedidos de famílias com filhos, seguidos de famílias monoparentais e unipessoais. Também nestas situações se verificaram que estes agregados vivem em habitações com condições indignas e insalubres.

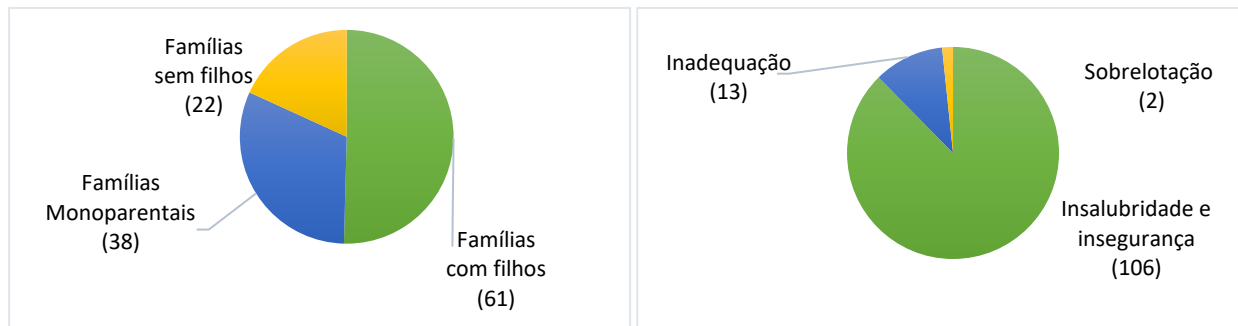
HABITAÇÃO SOCIAL

A habitação social permite o acesso e/ou acolhimento de famílias que vivam em condições precárias de habitação e de fracos rendimentos, com dificuldades em aceder a uma habitação por via do mercado de arrendamento ou adquirir uma habitação própria. Deste modo, no que concerne à habitação social, Alijó possui 18 bairros sociais, distribuídos por 11 centros urbanos e 10 freguesias, totalizando 146 fogos, de tipologia T2 e T3.

No parque habitacional do município não existem fogos de tipologia T1. Este tipo de tipologia torna-se necessário, uma vez que, existem cada vez mais pessoas a residirem sozinhas, situação que pode estar associada ao envelhecimento e à emigração dos descendentes.

No mapa infra está identificada a localização dos bairros sociais.

Gráfico 12: Caracterização das famílias por tipologia familiar e por condição condigna, em 2019



Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Analisando os gráficos suprarreferidos conclui-se que dos 121 agregados familiares caracterizados, 61 agregados têm descendentes. Relativamente às condições das habitações, os agregados familiares indicam

que existem fogos em condições de insalubridade e insegurança (106 fogos), seguindo de habitações inadequadas (13 fogos) e de sobrelotação⁹ (2 fogos). (ELH)

⁹ Relação entre a composição do agregado e o número de divisões da habitação, esta constitui um espaço de habitação insuficiente, por falta de 2 ou mais divisões.



AÇÃO SOCIAL

No território de Alijó, estes serviços são disponibilizados por diversos organismos/entidades públicos e privados que prestam apoio e serviços diferenciados em diferentes áreas nomeadamente:

- ❖ As Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- ❖ O Município;
- ❖ A Segurança Social – serviço local;
- ❖ A Saúde;
- ❖ Programas, medidas e projetos de intervenção local;
- ❖ Núcleos locais: Cruz vermelha Portuguesa – Núcleo de Alijó; APPACDM; Bagos d’Ouro; Associação 2000.

Paralelamente a estes a Rede Social atua como dinamizador e congregador de parcerias para a promoção do desenvolvimento social local.

Instituições particulares de solidariedade social - IPSS

No concelho existem 11 instituições com sede local e outras que operam como núcleos no concelho sendo as suas sedes fora do concelho que prestam serviços aos idosos e crianças pessoas com deficiência e famílias de fracos recursos.

No que respeita ao apoio à **Infância e Juventude**,¹⁰ o concelho dispõe de um conjunto de respostas públicas e privadas (mapa 20), tendo como objetivo essencial o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família. No entanto, estas ainda não são suficientes para

¹⁰ As respostas sociais referentes à Infância e/ou Juventude podem ser consultadas em: http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_area&cod_distrito=17&cod_concelho=01&cod_freguesia=0&cod_area=1&cod_valencia=0&dcf=1701



dar resposta às necessidades do território. Muito embora existindo uma baixa taxa de natalidade e uma insuficiente rede de transportes, as respostas existentes não dão cobertura a todas as freguesias, nomeadamente São Mamede de Ribatua, Carlão e Amieiro, Santa Eugénia e Vila Chã.

Para além das respostas mencionadas anteriormente é necessário salientar que no concelho existem outras respostas que apoiam a infância e juventude, tais como o CLDS 4G, EMAV, a Bagos d'Ouro, o PIICIE e a CPCJ.

Para dar resposta à infância, o quadro a seguir mostra-nos quais as entidades que possuem serviços para esta área:

Quadro 28: Respostas Sociais privadas e públicas, existentes no concelho de Alijó para a infância

Identificação da entidade (serviços privados)	Creche	Pré-escolar
	Capacidade	
Associação Cultural e Social de Sanfins do Douro	20	17
Santa Casa da Misericórdia de Alijó	35	50
Santa Casa da Misericórdia de Alijó - Pinhão	33	---
Centro Social, Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada	21	---
Grupo Social, Recreativo, Cultural e Desportivo de Favaços	33	50
Centro Social, Recreativo e Cultural de Vila Verde	20	30
Total	162	147
Identificação da entidade (serviços públicos) Agrupamento de Escolas D. Sancho II	Nº crianças	
Educação Pré-escolar – Alijó	19	
Educação Pré-escolar – Pinhão	14	
Educação Pré-escolar – Pegarinhos	10	
Educação Pré-escolar – Sanfins do Douro	9	
Educação Pré-escolar – Vilar de Maçada	9	
Educação Pré-escolar - Vilarinho de Cotas	4	
Total	65	

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.



Pela leitura do quadro verifica-se que são as instituições privadas que dão mais resposta na área da infância, acolhem 118 crianças sendo que o público acolhe 61 crianças. Verifica-se ainda que na freguesia de Sanfins do Douro e Alijó coexiste o infantário público e privado.

A localização destes serviços faz com que as crianças em idade de creche e infantário tenham que se deslocar entre freguesias, sendo para isso necessário reforçar a frota de viaturas para o transporte escolar bem como equipamento e recursos humanos para efetuar o transporte em segurança.

Relativamente à infância e juventude existe uma lacuna pois não existem serviços específicos para os acolher, principalmente nos períodos fora do ano letivo. Esta é uma necessidade manifestada quer pela CPCJ quer pela Ação Social, quando se deparam com a necessidade de integrar os jovens em atividades fora da escola e não encontram resposta. As respostas existentes limitam-se às escolas de formação desportiva, aos clubes desportivos e aos agrupamentos de escuteiros bem como às associações culturais, nomeadamente bandas de música.

Equipa Móvel de Apoio à Vitima (EMAV- Douro)

No referente à violência doméstica, atualmente o concelho conta, além das forças de intervenção GNR/NIAVE, com a Equipa Móvel de Apoio à Vítima (EMAV). Esta medida é resultado de um protocolo entre o Município e a APAV de Vila Real, que surgiu em 2020 e iniciou funções em Janeiro de 2021.

Além do acompanhamento processual e atendimento, a EMAV inclui um enfoque na prevenção e sensibilização para as temáticas da violência, através da realização e dinamização de ações junto da comunidade escolar, de parceiros e da população em geral do concelho.

Gabinete de Inserção Profissional – GIP

O GIP de Alijó tem como objetivo apoiar jovens e adultos/as, desempregados/as na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita cooperação com os Centros de Emprego.

Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar (PIICIE Alijó Educa +.)

O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (Douro) é uma medida contratualizada no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial que prevê a implementação de medidas que permitam melhorar os indicadores relativos ao insucesso e abandono escolar. O Plano



assenta em três pilares: família, escolas/professores e comunidades. Das várias atividades desenvolvidas por este projeto, em todas as interrupções letivas promove a atividade “move-te no verão”, atividade de ocupação de tempos livres para crianças e jovens (dos 6 aos 14 anos). No entanto esta atividade não abrange todo o período de férias escolares.

Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)

O CLDS 4G – Cidadania 4.0 Alijó, constitui-se como um projeto de intervenção social integrado, de parceria entre a Câmara Municipal de Alijó (entidade promotora) e a Santa Casa da Misericórdia de Alijó (entidade gestora), sendo financiado pelo POISE, Portugal 2020 e a União Europeia, através do Fundo Social Europeu (FSE).

O CLDS 4G – Cidadania 4.0 de Alijó visa assumir-se como um instrumento de combate à exclusão social, fortemente marcado por uma intervenção social de proximidade no apoio às populações, atuando nas seguintes áreas de intervenção:

- Emprego, Formação e Qualificação
- Intervenção Familiar e Parental, Preventiva da Pobreza Infantil
- Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa

RSI – Rendimento Social de Inserção

Quadro 29: Beneficiários/as RSI: total e por sexo

Total			Masculino			Feminino		
2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
452	433	379	248	243	219	204	190	160

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Quadro 30: Famílias de acolhimento sediadas no concelho por tipologia



Tipologia de família de Acolhimento	Nº de Famílias	Nº de beneficiários/as (Valores aproximados)
Privadas – sem protocolo com ISS,IP	14	30
Públicas – com protocolo com ISS,IP	13	33
Total	27	63

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Associação Bagos d’Ouro

Foi criada em 2010 com a incumbência de promover a educação de crianças e jovens do Douro, que estejam em situação de carência económica, como forma de inclusão social no território.

Atua em 6 concelhos do Douro, sendo Alijó um deles, desenvolvendo atividade junto de mais de 200 crianças e jovens e respetivas famílias, num total de cerca de 400 pessoas.

Quadro 31: Número de crianças e/ou jovens acompanhados pela Associação Bagos d’Ouro no concelho de Alijó

	Ano letivo 2019/2020	Ano letivo 2020/2021
Crianças e Jovens	19	33
Agregado Familiar	38	67
Sucesso Escolar	100%	---
Diplomas	11	---
Prémio de Mérito	3	---
Desempenho	44% (mantiveram ou subiram)	----

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

A Bagos d’Ouro em 2019/2020 teve um impacto a 100% de sucesso escolar, tendo sido entregues 11 diplomas pelo cumprimento do Compromisso Bagos d’Ouro, três crianças ou jovens receberam prémio de mérito e 44% das crianças ou jovens subiram ou mantiveram o desempenho escolar.

APPACDM de Vila Real – Sabrosa – Lar Residência e Residência autónoma

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Vila Real – Sabrosa, através de parceria com o município, criou duas respostas no concelho para do apoio a pessoas com deficiência/incapacidade, nomeadamente Lar Residência e Residência Autónoma.

Quadro 32: Identificação das Respostas Sociais existentes no concelho de Alijó para pessoas com deficiência/incapacidade

Identificação da entidade	Lar Residência	Residência autónoma
	Capacidade	
APPACDM de Vila Real - Sabrosa	24	5
Total	24	5

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Estas duas respostas são insuficientes para suprir as necessidades do concelho, continuando a existir a necessidade de criar o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI),.

Quadro 33: População com deficiência, transportadas pelo município

Instituição	Nº de Pessoas a frequentar
APPACDM - Sabrosa	28
Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real	2
Associação Nuclisol Piaget – Vila Real	1
Aluno EB1 - Pegarinhos	1

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.



Associação 2000 de apoio ao Desenvolvimento – A2000

A A2000 é uma IPSS sediada em Poiães, com intervenção distrital. Promove 2 tipos de serviços: serviços formativos e serviços não formativos. Os segundos são de cariz social com vista a desenvolver competências pessoais e sociais conducentes a uma inserção familiar e social de pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

A presença desta associação no concelho de Alijó promove a qualificação profissional desta população, permitindo deste modo a inclusão profissional e social destes.

SAÚDE

O concelho tem ao dispor 1 Centro de Saúde de Alijó que engloba 1 UCSP, 1 UCC, 1 URAP, 1 USP e 1 polo de atendimento no Pinhão. De âmbito privado tem ainda a Unidade de Cuidados Continuados de média e longa duração, resposta integrada na Santa Casa da Misericórdia de Alijó. As UCSP são unidades onde são prestados cuidados personalizados às pessoas inscritas na área geográfica do concelho, garantindo a acessibilidade e a continuidade da prestação destes. Podem ser organizadas em três modelos de desenvolvimento: A, B e C.

A equipa multiprofissional deve potenciar as aptidões e competências de cada grupo profissional e contribuir para o estabelecimento de uma relação interpessoal e profissional estável. A atividade da UCSP desenvolve -se com autonomia organizativa, funcional e técnica.

Quadro 34: UCSP e Extensões de Alijó (à data de 31 dezembro de 2020)

<i>UCSP Alijó</i>	<i>Horário Funcionamento</i>
<i>UCSP Alijó SAC – Serviço de Atendimento Complementar</i>	De 2ª a 6ª feira: 08:00 às 20:00 Sábados, domingos e feriados: aberto
<i>UCSP Alijó – extensão do Pinhão</i>	2ªF e 3ªF: 08:30 às 16:30 4ªF: 12:00 às 20:00



	5ªF: 08:30 às 15:30 6ªF: 08:30 às 14:30 Sábados, domingos e feriados: Encerrado
--	---

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

A USCP, no seu quadro de pessoal, conta com 27 profissionais entre médicos/as de família (8), técnicos/as de enfermagem (8) e secretárias clínicos (11), conforme quadro infra.

Quadro 35: Profissionais afetos ao UCSP de Alijó

Profissionais da UCSP de Alijó	Nº de Profissionais
Médicos de Família	8
Enfermeiros	8
Secretários Clínicos	11

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Especialidades médicas

O Centro de Saúde Alijó, além de clínica geral/médico de família tem outras especialidades/ serviços à disposição da população:

- ❖ SAC – Serviço de atendimento complementar;
- ❖ Enfermagem;
- ❖ Serviço Social;
- ❖ Psicologia;
- ❖ Nutrição e dietética;
- ❖ Cadeira dentista (Protocolo assinado entre o Ministério da Saúde e o Município de Alijó);
- ❖ Fisioterapia;
- ❖ Planeamento familiar;
- ❖ Serviço de Saúde Pública;

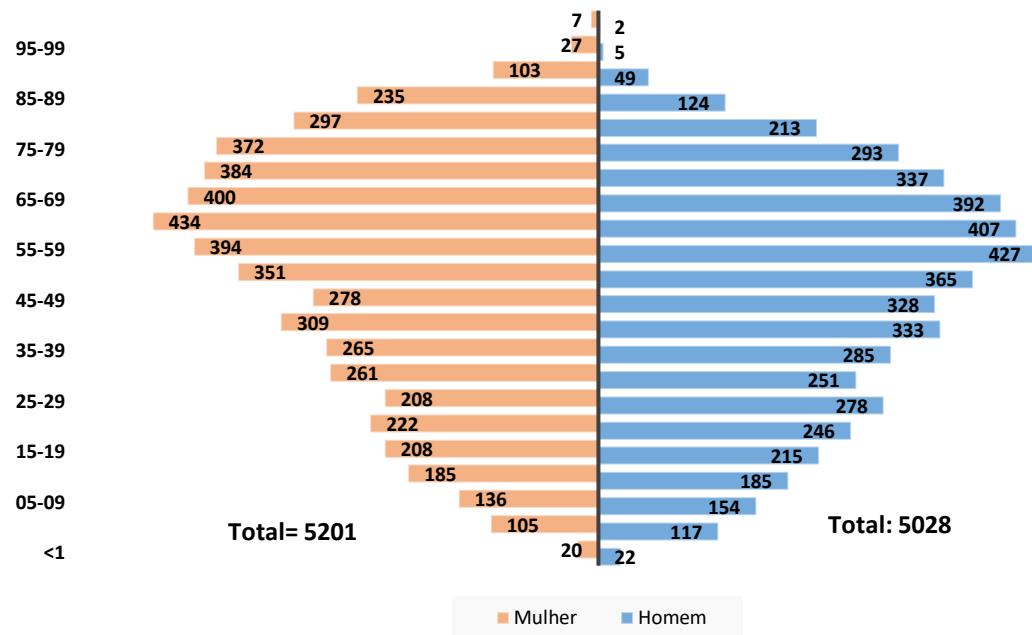
❖ Diabetes

SNS 24 Balcão

Desde junho de 2021 que Alijó tem 3 serviços “SNS 24 Balcão”. O SNS 24 Balcão resulta da criação de uma rede de parcerias, envolvendo, para já, municípios, juntas de freguesia e agrupamentos de centros de saúde (ACES). No território de Alijó, os balcões estão localizados nas freguesias de Sanfins do Douro, Carlão/Amieiro e Vilar de Maçada.

10.2. Caracterização dos/as utentes inscritos/as na UCSP

Gráfico 13: Número de utentes inscritos no UCSP de Alijó, por faixa etária e sexo



Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

No gráfico acima, verifica-se que quase a totalidade da população residente do concelho está inscrita no Centro de Saúde.

Quadro 36: Número de utentes inscritos/as na UCSP de Alijó (Agosto, 2018)

Utentes Inscritos/as = 10.214		
C/Médico de família	S/Médico de família	S/ Médico p/ opção
10.161	32	21
99,48%	0,31%	0,21%

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Quadro 37: Rácio do número médio de habitantes por médico de família por ano

2011	2018	2019	2020
1700.1	1075.5	969.5	961.5

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

O rácio médio de habitantes por médico de família tem diminuído. Estes valores podem ser interpretados de diversas perspetivas, entre as quais: o decréscimo populacional; por aumento das contratações de médicos de família; e pela diminuição do número de inscritos no centro de saúde provocada pela proximidade territorial com outro concelho, nomeadamente o concelho de Murça que atrai a população a norte do concelho, tal como as pessoas residentes nas freguesias de Pegarinhos, Vila Verde e Pópulo.

Unidade de Cuidados na Comunidade de Alijó (UCC)

A UCC Alijó é uma unidade elementar de prestação de cuidados de saúde, apoio psicológico e social, de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas e grupos mais vulneráveis em situação de maior risco ou dependência física funcional ou de doença que requeira acompanhamento próximo.

Quadro 38: Número de profissionais afetos à UCC Alijó

Profissionais afetos à UCC	Nº de Profissionais
Enfermeiros	5
Secretários Clínicos	2



Técnicos Superiores de Saúde	
Nutrição e Dietética	1
Psicologia	1
Técnicos Superiores	
Serviço Social	1

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

A UCC no âmbito da sua atividade e áreas de intervenção desenvolve os seguintes projetos:

- ECCI – Equipa de Cuidados na Comunidade Integrados
 - Cuidados de enfermagem a utentes e prestadores de cuidados;
 - Enfermagem de reabilitação.
- Consulta de enfermagem de vigilância dos pais grávidos;
- Curso de preparação para o parto e para a parentalidade;
- Curso de recuperação pós-parto;
- Cantinho da amamentação;
- Saúde escolar:
 - PASSE – Programa de Alimentação Saudável em Saúde Escolar;
 - PRESSE – Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar;
 - PNSO – Programa Nacional de Saúde Oral.

Centro de Respostas Integradas - CRI

Os CRI são estruturas locais de cariz operativo e de administração, referenciados a um território definido e dispendo de equipas técnicas especializadas multidisciplinares para as diversas áreas dedicadas ao tratamento, prevenção, reinserção e redução de riscos e minimização de danos das



D. Sancho II
Agrupamento de Escolas
Alijó



toxicodependências e alcoolismo. A toma de metadona é ministrada por enfermeiros UCSP de Alijó, uma vez por mês. Atualmente o CRI não funciona na modalidade de consulta descentralizada no concelho de Alijó por falta de recursos humanos afetos à resposta. Os utentes são atendidos e acompanhamentos no CRI de Vila Real. A problemática com maior incidência no concelho é o consumo de álcool. O CRI solicita apoio ao ISS, I.P. para transporte dos utentes.

Sendo o alcoolismo uma das problemáticas com maior necessidade de intervenção é imperativo o funcionamento deste serviço, uma vez que tendo em conta a população alvo e a insuficiente rede de transportes públicos (Alijó-Vila Real) inviabiliza o tratamento e acompanhamento dos utentes.

Serviços de Saúde Privados no concelho

Quadro 39: Rede de saúde privada

Designação/dominação	Nº
Clínica de cuidados de saúde - várias especialidades	4
Médicos de Clínica Geral	1
Clínicas dentárias	5
Laboratório de análises	3
Oftalmologista/optometrista	3
Consultório de ortopedia	1
Farmácias	7

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Justiça

Decorrente da reforma judicial de 2015, através do diploma que procede à regulamentação da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais (ROFTJ), tanto o Tribunal como o Ministério Público foram agregados à sede de distrito, sendo agora designados respetivamente como:

- Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real Unidade Central de Alijó (o tribunal de Alijó é de juízo de competências genéricas);

- Ministério Público da Comarca de Vila Real Unidade Central da Procuradoria de Alijó.

Quadro 20: Serviços existentes no concelho

Ministério Público	Nº de Tribunais	Nº de Serviços de Notariado		Nº de Registos Civil, Predial e Comercial
		Públicos	Privados	
1	1	1	1	1

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

No quadro seguinte vêm listados os/as advogados/as sediados no território.

Quadro 41: Serviços privados de Advocacia

Território	Nº de Gabinetes de Advocacia	Nº de Advogados
Concelho de Alijó	11	12

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Segurança

O território de Alijó conta com 2 postos territoriais da Guarda Nacional Republicana (GNR), um na sede do concelho e outro na freguesia do Pinhão. Ambos pertencem ao destacamento territorial de Peso da Régua.

Quadro 42: Crimes registados no concelho de Alijó por categoria em 2019 e 2020¹¹

Total de crimes		Crimes violência doméstica		Furto em veículo motorizado		Furto em residência		Furto em edifício comercial ou industrial	
2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
231	209	35	20	8	10	5	11	3	6

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Quadro 43: Tipo de crimes registados no concelho de Alijó em 2019

¹¹ Os dados referentes ao ano de 2020 são dados provisórios.

Total	Contra as pessoas	Contra o património	Contra a vida em sociedade	Legislação avulsa e outra
231	96	86	43	3

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Perante o registo de crimes em 2020 a taxa de criminalidade é de 1,97%.

Vítimas de Violência Doméstica e de Género

A violência doméstica, enraizada na cultura, encontra a sua “legitimidade” na submissão da mulher ao homem, há muito que se perpetua nas sociedades ditas tradicionais com a justificação, muitas vezes, da própria religião, crenças e costumes.

Cada vez mais é necessário falar da violência de género/entidade de género e de preconceito. A violência, seja que tipologia for, é transversal a todas as sociedades, a todos os estratos sociais e a toda a humanidade. Assume diferentes formas, que nos últimos anos tem vindo a ser mote de diferenciação.

Quadro 44: Número de ocorrências de Violência Doméstica – 2019/2020 - NIAVE

Anos	Total	Tipificação Criminal	Sexo das vítimas	Idades das vítimas
2019	47 Ocorrências	35 - Violência doméstica contra cônjuges ou análogos	10 Masculinos 42 Femininos	Todos maiores de 21 anos
		12 – Outros crimes de violência doméstica		
2020	26 Ocorrências	20 - Violência doméstica contra cônjuges ou análogos	06 Masculinos 23 Femininos	Dos 01 aos 16 anos Dos 21 aos 28 anos
		2 – Violência doméstica contra menores		
		4 – Crimes de violência doméstica		

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

No ano 2019 e 2020, os processos acompanhados foram um total de 18, sendo que desses 12 são referentes a pessoas do sexo feminino e 8 do sexo masculino. A idade das vítimas situa-se entre os 22 anos e os 97 anos, sendo a faixa etária predominante compreendida entre os 45-55 anos.



Quadro 45: Número de vítimas apoiadas pela APAV de Vila Real

Nº de processos de apoio a vítimas de violência doméstica		
2018	2019	2020
05	08	10

Fonte: Retirado do Diagnóstico Social 2021-2024.

Pela observação dos quadros infra é possível desde logo observar a discrepância dos dados. Os números registados pelo NIAVE superam os da APAV. Este facto pode estar relacionado com a forma como as vítimas chegam a cada um dos serviços. Na APAV a denúncia é voluntária e no NIAVE os registos decorrem das ocorrências do GNR, que identifica como violência doméstica e encaminha a ocorrência para o NIAVE. A falta de trabalho em rede leva a que os serviços prestados acabem por estar aquém do que é necessário.

É essencial sensibilizar os agentes e as entidades a atuar no território sobre a temática e partilha de informação, só assim é possível prestar um apoio personalizado às vítimas, o acompanhamento necessário e respostas mais céleres.

Foi criado nos finais de 2020, o serviço de atendimento a vítimas no concelho, EMAV-Douro, resultante de uma parceria entre a APAV e o município, tendo iniciado funções em Janeiro de 2021.

SUBCAPÍTULO I

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) são instituições oficiais, com autonomia funcional, que têm como objetivo primordial a promoção dos direitos da criança e jovem e prevenir ou pôr termo às condições vulneráveis que afetem a segurança, saúde, formação, educação e/ou

desenvolvimento integral da criança e/ou jovem. Tal como nos mostra o quadro 20, podemos afirmar que a CPCJ de Alijó teve um volume anual de 114 processos em 2020:

Quadro 46: Caraterização Processual em 2020

Entrada de Processos		Saída de Processos	
Transitados do ano 2019	76	Arquivados em fase preliminar	0
Instaurados:	25	Arquivados em fase pós-preliminar	46
- Novos processos	25	Enviados para outras CPCJ's	0
- Recebidos de outras CPCJ's	0		
Reabertos	13		
Total Entradas	114	Total de Saídas	46
Volume Processual Anual		114	

Fonte: CPCJ de Alijó

No quadro 21, podemos verificar que a CPCJ de Alijó teve um volume anual de 117 processos em 2021:

Quadro 47: Caraterização Processual em 2021

Entrada de Processos		Saída de Processos	
Transitados do ano 2020	65	Arquivados em fase preliminar	1
Instaurados:	41	Arquivados em fase pós-preliminar	59
- Novos processos	40	Enviados para outras CPCJ's	2
- Recebidos de outras CPCJ's	1		
Reabertos	11		
Total Entradas	117		
Volume Processual Anual		117	

Fonte: CPCJ de Alijó



As problemáticas com mais incidência no ano de 2020, nos processos das crianças e jovens entre os 0 e os 21 anos de idade, estavam relacionadas com a problemática da violência doméstica (18 processos), a nível educativo (18 processos), negligência (10 processos), falta de supervisão e acompanhamento familiar (6 casos), ofensa física e maus tratos (5 casos), entre outras problemáticas existentes.

Quadro 48: Entidades Sinalizadoras em Processos de CPCJ em 2020 e 2021;

Entidade que sinalizou/participou a situação	2020	2021
CPCJ (realizadas nas sede)	3	4
Estabelecimento de Ensino	10	8
Estabelecimento de Saúde	5	5
Familiares	4	1
Mãe	3	2
Ministério Público	4	5
Autoridade Policial	3	20
Sem informação	13	6
Vizinhos e Particulares	3	7
(Não aplicáveis: - Processos transitados, instaurados e reabertos)	47	60

Fonte: CPCJ de Alijó

SUBCAPÍTULO II

Diagnóstico local da realidade infantojuvenil - O que dizem os dados

Participação das crianças e dos jovens

Foram aplicados inquéritos orientados, com participação voluntária, nos agrupamentos de escolas D. Sancho II de Alijó. Estes inquéritos são diferentes de



acordo com o grupo etário, num total de 106 inquéritos dos 6 aos 12 anos e 225 inquéritos dos 13 aos 18 anos. É de salientar a menor participação dos adolescentes relativamente ao nível etário inferior.

Os inquéritos encontram-se divididos por secções, a saber:

- ❖ Brincadeira e lazer;
- ❖ A minha participação e cidadania;
- ❖ A minha segurança e proteção;
- ❖ A minha saúde;
- ❖ A minha educação;
- ❖ A minha vida pessoal.

Nos níveis etários mais baixos, dada a especificidade e as competências ao nível da leitura foram respondidos com a ajuda dos professores titulares.

Analisando os resultados dos inquéritos aplicados às crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, concluímos que:

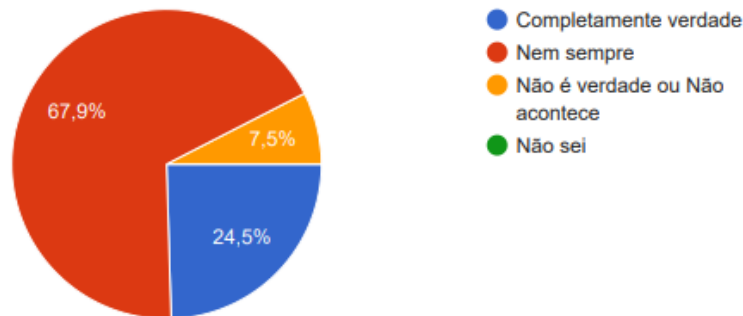
De acordo com a análise do gráfico x percebemos que no Agrupamento de Escolas, estão a frequentar o 1.º ciclo de escolaridade 238 estudantes. Contudo, para a análise deste diagnóstico tivemos um global de 106 respostas.

Na síntese a seguir apresentamos as respostas mais significativas para se analisar este diagnóstico:

- a. Os questionários foram respondidos maioritariamente por crianças com 11 anos (43,4%), seguidas de 10 anos (25,5%), 9 anos (15,1%), 12 anos (10,4%) e 6 e 8 anos (2,8%) respetivamente;
- b. A maior parte dos respondentes, cerca de 60% são do sexo feminino e cerca de 40% do sexo masculino;
- c. Relativamente à secção 1: **brincadeira e lazer** - a maioria das crianças considera que existem parques nas suas freguesias, locais para brincar, fazer jogos e praticar desporto (cerca de 80% das respostas);

- d. Cerca de 49% das crianças referem que **nem sempre as pessoas adultas da sua família brincam com elas**, o que equivale a 52 crianças. De salientar que existem 72 crianças que não têm o acompanhamento/supervisão quando frequentam os parques infantis. Remete-nos para uma falta de responsabilidade parental, no sentido de acontecer um acidente com a criança e não haver a prestação do auxílio necessário;
- e. De acordo com o gráfico abaixo, cerca de **70% das crianças** que responderam ao questionário, **consideram ter tempo para brincar** durante o fim-de-semana e quando regressam da escola. No entanto, a mesma percentagem considera que nem sempre no fim-de-semana vão com as suas famílias passear, comer fora ou visitar museus. Esta elevada percentagem poderá ser reflexo da falta de recursos económicos dos agregados familiares para saídas unicamente de lazer; a falta de ofertas culturais e de lazer da área de residências destas crianças; falta de tempo/disponibilidade profissional do agregado profissional:

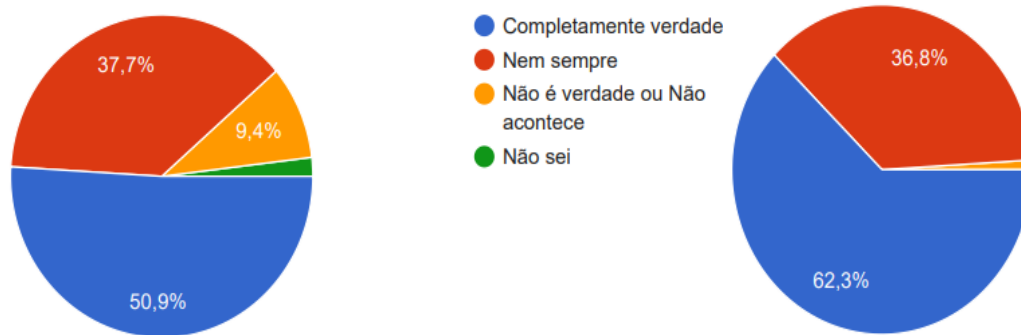
Gráfico 14: Tempo de brincadeira das crianças



- f. Relativamente à secção 2: **A minha participação e cidadania** – existe cerca de 58 crianças que nos dizem que nem sempre os professores têm o hábito de perguntar se gostam das aulas ou da escola. Isto remete-nos à falta de preocupação por parte dos professores saberem a opinião dos estudantes;

- g. Na questão sobre se os professores perguntam o que podiam fazer para melhorar o recreio, as respostas estão divididas. Esta divisão pode estar associada ao facto de os professores apenas perguntarem a certos alunos/as (preferência) ou os próprios alunos não estarem com atenção e interesse quando questionados pelo/a professor/a;
- h. Relativamente a envolver a criança na tomada de decisão no que quer fazer no fim-de-semana, 61 das 106 crianças afirmam que os responsáveis não fazem esse envolvimento/questionamento. Pode estar associado ao facto de os mesmos não darem a importância que esse posicionamento tem para o desenvolvimento da criança ou estar associado à falta de recursos financeiros e profissionais;
- i. Nas questões de ajudar a família na realização das tarefas domésticas e se divertem a realizá-las, as respostas são muito similares, tal como se verifica nos gráficos infra, respetivamente:

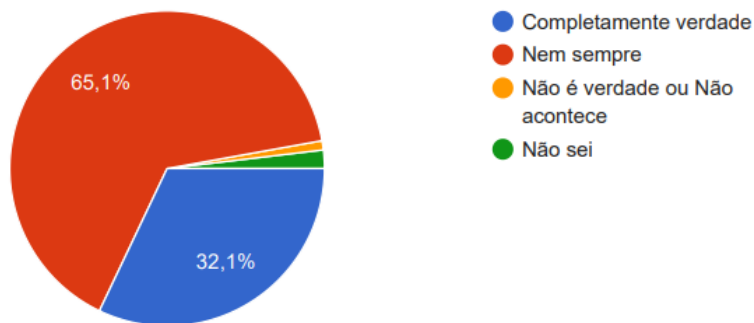
Gráfico 15: Percentagem de crianças que se divertem nas tarefas domésticas



- j. Sobre a questão de se já ouviram falar dos direitos das crianças pela família, na escola ou na televisão, 91,5% (97 crianças) afirmam que sim. É uma percentagem muito expressiva e que impressiona o facto de serem desta faixa etária (6-12 anos) e já perceberem que são alvo de direitos;

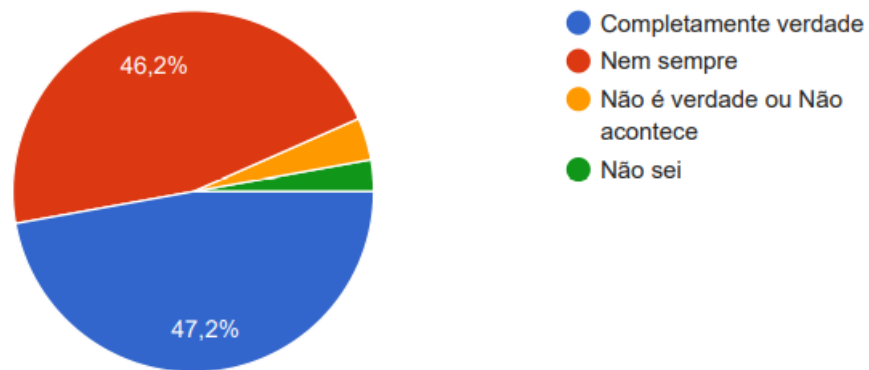
- k. Na questão sobre ir a pé ou de bicicleta para a escola, 64,2% das crianças afirmam que não é verdade. Isto remete-nos a refletir sobre a depressão geográfica que o concelho apresenta, implicando que estas crianças tenham de utilizar os transportes públicos ou de os seus encarregados as levarem à escola.
- l. Relativamente aos medos de irem para a escola ou de as outras crianças fazerem mal, as percentagens são similares no sentido de terem esse receio, o que nos faz pensar na insegurança que o ambiente escolar oferece às crianças e o bullying está presente;
- m. Quando as crianças sentem receio ou medo de algo, 60% responderam que falam com os seus responsáveis;
- n. Denota-se que a maioria das crianças têm presente uma alimentação saudável (84%) e partilham as refeições em família (74,5%). Desta última particularidade, é de importância salientar que as restantes 25,5% das crianças podem não jantar em família todos os dias pelo facto de os parentes trabalharem por turnos. Aquando da refeição, a mesma percentagem diz que têm conversas entre si;
- o. Ainda dentro da **minha participação e cidadania**, acerca da **saúde**, aquando as crianças estão enfermas, quase 90% das crianças afirma que os seus responsáveis a levam ao médico/prestam auxílio;
- p. Quando estão doentes, os médicos explicam o que elas devem fazer para melhorar (87,7%). Contudo, nem tudo o que os profissionais médicos explicam fica claro para as crianças, algo que reflete na percentagem do gráfico a seguir:

Gráfico 16: Percentagem de crianças que gosta da escola



- q. Na parte de **a minha educação**, 66% das crianças afirma que gostam da escola e 84% gosta de aprender coisas novas. Aqui mostra o interesse das crianças em desenvolver competências novas e melhorar o que sabem e aprendem;
- r. Em relação à participação dos encarregados de educação nas atividades dos seus descendentes, há uma divisão de respostas das crianças:

Gráfico 17: Percentagem de crianças e reconhecimento da participação dos encarregados de educação

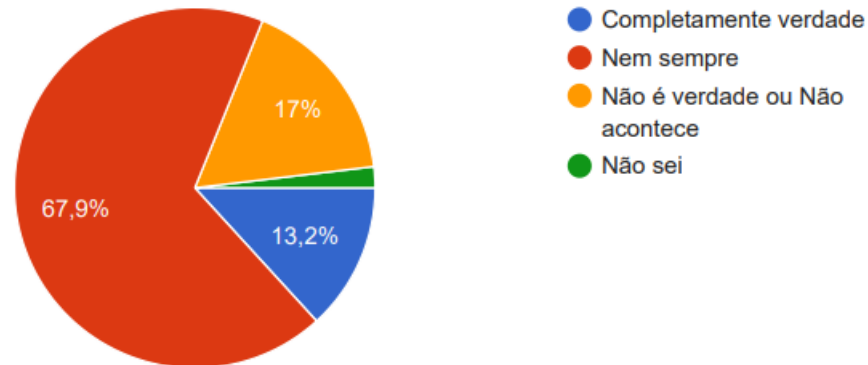


Podemos retirar deste gráfico que existe a possibilidade de descarte das responsabilidades dos pais à educação dos seus filhos; dificuldade em estabilizar as responsabilidades profissionais e parentais; desinteresse de estar a par das atividades escolares dos filhos;

- s. Em contrário à questão anterior, mais de 79% das crianças afirmam que os seus responsáveis ajudam nos trabalhos de casa e quase 71% das mesmas revela que os responsáveis questionam sobre o que aprenderam na escola;
- t. Relativamente à capacidade financeira de pagar o material escolar das crianças, 84% revela que a sua família consegue satisfazer essa necessidade;

- u. No que diz respeito à forma de explicação dos/as professores/as, mais de 76% das crianças transmitem que nem sempre consegue perceber as explicações. Podemos retirar duas conclusões: 1- Serão os métodos de ensino os mais indicados? 2- Os/as professores/as utilizam materiais didáticos satisfatórios para atingir a maioria das crianças)
- v. Em relação a proteger o meio ambiente, mais de 81% das crianças afirmam que aprendem como fazê-lo na escola;
- w. Mais uma vez, em relação aos direitos das crianças, as respostas acerca desta temática é muito significativa e expressiva, sendo que mais de 93% aprendem os seus direitos na escola;
- x. No que diz respeito à limpeza das casas de banho, quase 43% das crianças afirma que nem sempre as mesmas estão devidamente limpas e 28% concordam dizendo que não é verdade. Ou seja, 75 crianças conseguem perceber que a divisão das casas de banho não são indicadas como limpas;
- y. Quando as crianças necessitam de falar sobre algo, 80% delas afirmam que existem pessoas adultas na escola com quem podem desabafar e falar;
- z. Em relação ao tratamento das crianças por parte dos/as professores/as, quase 59% das crianças dizem que os docentes têm essa preocupação em manter a igualdade. Contudo, existe uma percentagem de crianças que afirmam que nem sempre isso acontece. Podemos retirar dessa percentagem (33%) que essa desigualdade pode estar associado à participação das mesmas na sala de aula; como vivem num meio pequeno, docentes podem conhecer os pais das crianças e haver um favorecimento;
- aa. No que diz respeito aos professores nunca gritarem com os/as seus/as alunos/as, o gráfico a seguir mostra-nos claramente que isso não é verdade:

Gráfico 18: Gráfico relativo ao facto de os professores gritarem com os/as alunos/as



Este tópico é um tópico muito sério e com uma importância máxima. Este padrão de violência verbal afeta o desenvolvimento das crianças de forma negativa, podendo afetar a sua concentração, o gosto pelo ambiente escolar e desenvolvimento de relações sociais;

bb. Relativamente às condições de habitabilidade das crianças, as crianças assumem que as suas casas têm limpeza e água quente (mais de 93%), o que faz com que elas gostem das suas casas (92%);

cc. No que respeita à educação dos responsáveis das crianças, quase 71% das crianças afirmam que os mesmos não lhes batem. Contudo, existe uma percentagem significativa que vai ao contrário dessa afirmação, 27,3%, o que equivale a 29 crianças. Tem de se ter em especial atenção a este número, pois está subentendido uso de violência física contra as crianças. O que gera violência verbal, em que quase 71% das crianças afirmam que os responsáveis gritam com elas.

Os gráficos seguintes mostram as percentagens corretas se os responsáveis batem ou gritam, respetivamente:

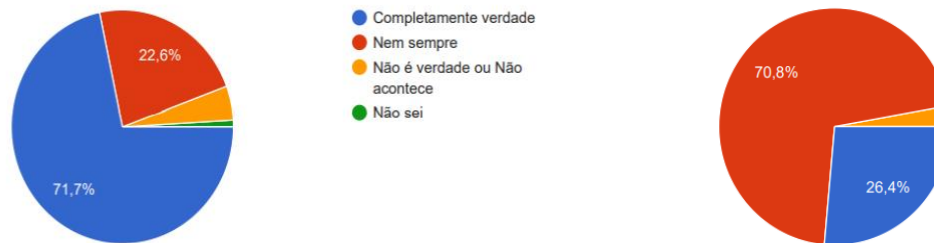


Gráfico 19: Gráfico relativo ao facto de os professores gritarem ou baterem aos/as alunos/as

Analisando os resultados dos inquéritos aplicados às crianças com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos, concluímos que:

De acordo com a análise do gráfico, os estudantes que responderam a este inquérito estão a frequentar o 2.º ciclo, o 3.º ciclo e o ensino secundário. Contudo, para a análise deste diagnóstico tivemos um global de 225 respostas, enquanto do global dos estudantes dos graus de ensino é de 603.

Na síntese a seguir apresentamos as respostas mais significativas para se analisar os resultados deste inquérito:

- a. Os questionários foram respondidos maioritariamente por jovens com 13 anos (30,2%), seguidas de 14 anos (18,7%), 17 anos (18,2%), 15 anos (14,7%), 16 (12,4%) e 18 anos (5,8%);
- b. A maior parte dos respondentes, cerca de 52% são do sexo feminino e cerca de 48% do sexo masculino;
- c. Segundo os resultados do inquérito, 23,1% dos/as alunos/as frequentam o 9.º ano, sendo a maioria dos estudantes que responderam, correspondendo a 52 estudantes. O número mais baixo deste inquérito corresponde aos estudantes do 12.º ano
- d. Relativamente à secção 1: **brincadeira e lazer** - a maioria das crianças considera que existem parques nas suas freguesias, locais para brincar, fazer jogos e praticar desporto (cerca de 68% das respostas);
- e. No que diz respeito aos/às adolescentes frequentarem um clube de desporto, as respostas são negativas, ao afirmarem que não é verdade e nem sempre frequentam (77,4%);

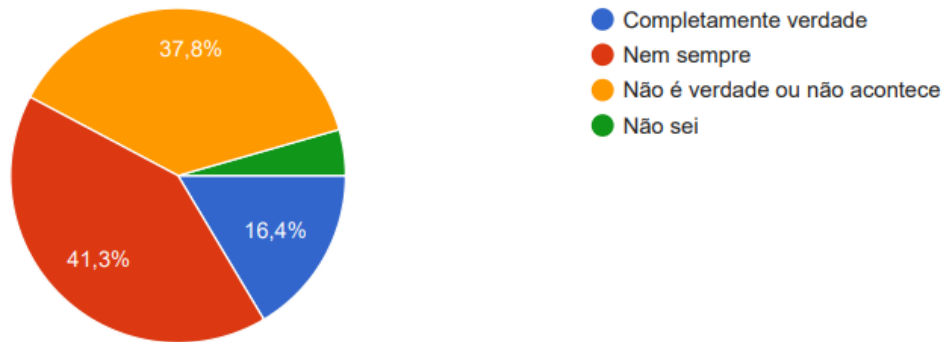


D. Sancho II
Agrupamento de Escolas
Alijó



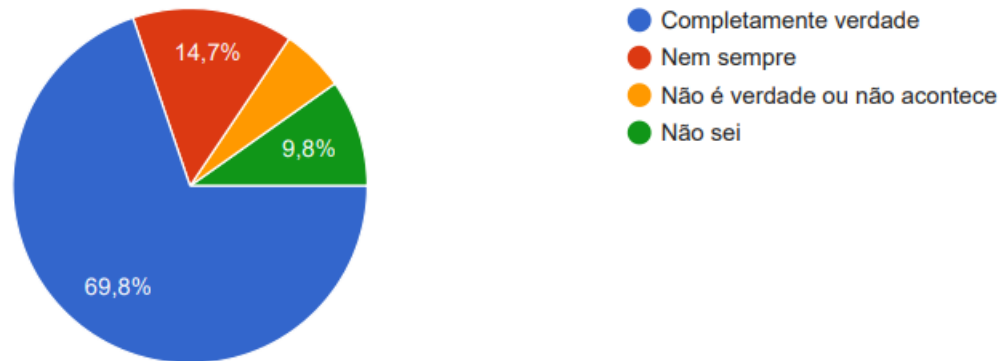
- f. As respostas da alínea anterior podem estar relacionadas ao facto de as famílias não terem capacidade financeira de suportar os custos das mensalidades dos clubes de desporto. 46,2% dos inquiridos afirmam que as famílias não conseguem pagar as mensalidades;
- g. Em relação ao uso dos espaços lúdicos exteriores, 52,4% dos inquiridos afirmam que as crianças com deficiência usam esses espaços. Não sabemos se esses espaços estão adaptados às limitações dessas crianças;
- h. Quase 90% dos inquiridos afirmam ter contacto com a natureza nas suas localidades;
- i. No que diz respeito à partilha de tempo com as famílias e responsáveis pelos jovens, 71% dos mesmos afirmam que costumam passar tempo com elas e quase 73 das respostas dizem que gostam de passar esse tempo em família;
- j. Quanto aos jovens praticarem desporto ou outras atividades, 54,7% dizem que os seus responsáveis não os acompanham sempre/não é verdade. Isto demonstra-nos a possibilidade de os mesmos não terem possibilidades profissionais para o efeito;
- k. Relativamente à secção 2: **a minha participação e cidadania**, na questão sobre se os/as docentes questionam os/as estudantes sobre o que correu bem durante a semana dentro das aulas e o que gostariam de fazer de maneira diferente, as respostas não satisfatórias foram as mais predominantes, tal como nos mostra o gráfico seguinte:

Gráfico 20: Gráfico relativo aos docentes questionarem os/as alunos/as acerca do que correu bem durante a semana.



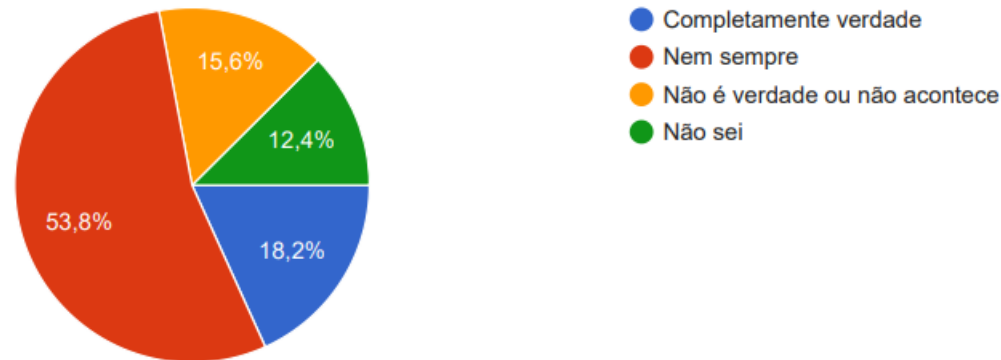
- l. No que respeita ao jovens fazerem parte da decisão de onde querem ir passear ou ir de férias, das 225 respostas existentes, 49,8% afirmam que nem sempre o costumam fazer e que não é verdade, em contrapartida dos 48% que afirmam que os responsáveis fazem essa reunião;
- m. Nas questões de os jovens/adolescentes poderem falar sobre quase tudo com os seus responsáveis e se os mesmos os ouvem e têm em consideração as suas opiniões, a resposta **Completamente verdade** é a resposta com mais ênfase;
- n. Relativamente aos jovens se envolverem em projetos da comunidade e/ou de fazerem parte do Conselho de Jovens do município, a maioria dos mesmos não aderem a esses projetos (69,3% e 71,5%, respetivamente);
- o. Contudo, no que respeita ao Conselho de Jovens de representarem crianças com problemas ou dificuldades especiais, o inquérito diz-nos que quase 59% das respostas afirma que o fazem;
- p. No que concerne aos direitos das crianças e jovens, quase 70% já ouviram falar sobre esse tema, tal como podemos verificar através do gráfico seguinte:

Gráfico 21: Crianças e jovens que ouviram falar dos direitos das crianças e jovens.



- q. No acesso à internet, 83% dos inquiridos têm a possibilidade de se conectarem à internet. Este ênfase pode-nos fazer questionar quantas horas estes jovens passam no mundo da internet e quais os tipos de sites que frequentam. Contudo, numa questão posta mais à frente no questionário, os jovens (73,8%) afirmam que os pais já falaram com eles/as sobre como utilizar a internet. Embora a percentagem dos jovens inquiridos que têm acesso à internet seja alta, mais de 95% sabe que existem riscos em utilizar a internet. Mesmo assim, convém que haja prevenção, partilha de informação por parte dos pais, famílias e escolas sobre o perigo da internet. De salientar que estas percentagens podem estar associadas com a atual pandemia COVID-19;
- r. Relativamente à secção 3: **a minha segurança e proteção**, quando questionados sobre a segurança que têm ao andar de bicicleta na rua ou a caminhar, mais de 70% afirma que é completamente verdade. Esta percentagem revela que o concelho de Alijó é uma região segura;
- s. Quanto às questões de lutas entre crianças/jovens na escola, 53,8% afirmam que nem sempre isso acontece, 15,6% afirma que isso não é verdade. Contudo, 18,2% afirma que esses comportamentos acontecem de forma frequente. Nesta questão, mesmo a percentagem de as lutas não acontecer ser maior, há que ter especial atenção à percentagem de 18,2%. As escolas devem estar preparadas para conseguirem controlar esses confrontos e apostar na prevenção.

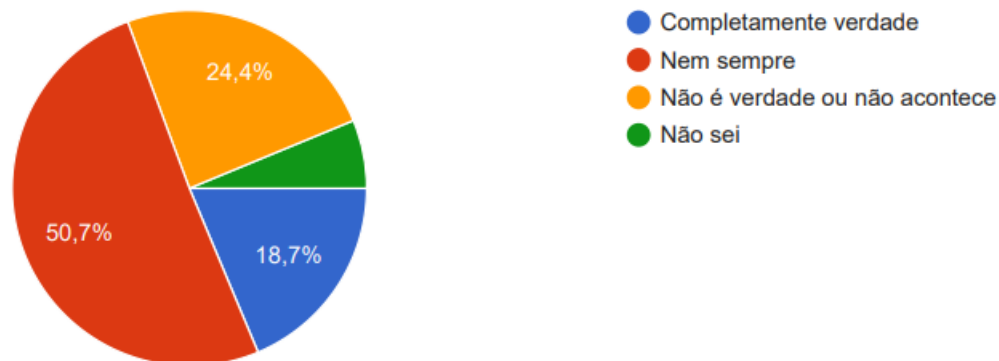
Gráfico 22: Perceção das crianças/jovens relativas a lutas entre os mesmos.



- t. Em situações de se sentirem em perigo, 71,6% dos jovens sabem a onde se dirigirem para solicitar ajuda. É uma percentagem muito positiva que mostra o conhecimento dos mesmos sobre as questões de segurança;
- u. Relativamente à secção 4: **a minha saúde**, mais de 65,3% dos jovens praticam uma boa alimentação saudável. Contudo, de salientar que mais de 30% não afirmam essa rotina e não têm controlo sobre a quantidade de doces e alimentos que não são saudáveis;
- v. No que diz respeito ao atendimento especializado para adolescentes no centro de saúde, quase 50% dos jovens não sabe se essa especialização existe e mais de 14,7% não é verdade.
- w. Em relação a doenças crónicas ou condições de tratamento constante, 80% afirma não sofrer dessas doenças;
- x. Na secção 5: **a minha educação**, mais de 75% dos jovens comenta que nem sempre gostou da escola e mais de 60% afirmam que não estudam as áreas que lhe interessa. Estas percentagens pode refletir a falta de personalização das atividades letivas e a falta de abertura por parte dos estabelecimentos para o mesmo;

- y. No que respeita aos pais participarem nas atividades dos seus descendentes, mais de 65% afirma que os mesmos não costumam estar nem participar. Isto remete-nos às dificuldades que os pais têm para conciliar a vida pessoal com a vida profissional;
- z. Acerca da família conseguir pagar o material escolar dos educandos, mais de 89% afirma que conseguem. Contudo, temos de ter em atenção que existe uma percentagem em que isso não é verdade. Sinalizar e apoiar estas famílias durante o ano letivo é fundamental;
- aa. No que diz respeito ao facto de a escola incentivar aulas sobre promoção de saúde, mais de 50% diz que isso não acontece com frequência. Podemos refletir que essas temáticas podem ser abordadas apenas em anos primários (por exemplo, 1º ano);
- bb. Relativamente à questão sobre envolver os jovens na organização da vida escolar juntamente com os professores, mais de 48% afirma que isso nem sempre acontece ou que não é verdade. Este não envolvimento pode provocar nos educando uma falta de envolvimento nas atividades escolares e pensamentos de que não são ouvidos;
- cc. No que respeita à limpeza e higienização das casas de banho nas escolas, mais de 74% afirma que as mesmas não estão devidamente limpas. Isto mostra-nos uma falta de preocupação sobre a higienização das mesmas;

Gráfico 23: Perceção das crianças/jovens relativamente à higienização das casas de banho nas escolas



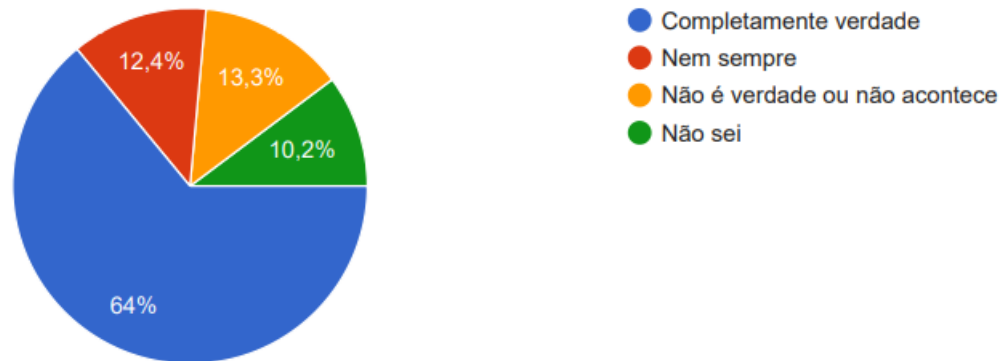
dd. Sobre o tratamento das crianças e jovens por parte dos/as docentes, apenas 36% das respostas diz que os/as professores tratam os alunos da mesma maneira. Do total das respostas, conseguimos analisar que mais de 60% não tem essa perceção. Ter em atenção este tópico, que se traduz num desenvolvimento negativo das crianças e jovens;

- ee. Na questão do respeito das crianças e jovens com deficiência, mais de 55% afirma que isso não acontece e/ou não é verdade. Há uma

falta de tolerância no que respeita às limitações destes jovens. Tem de haver uma promoção sobre o tema em ambiente escolar;

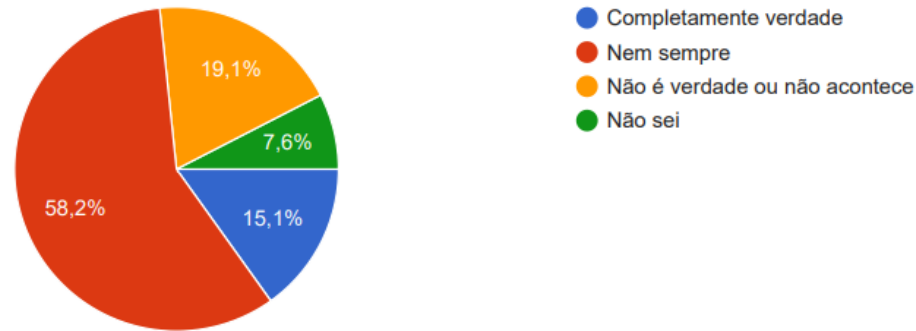
- ff. Em relação às agressões por parte de docentes contra os/as alunos/as, 64% das respostas afirmam que os mesmos nunca batem nos/as alunos/as. Contudo, há que ter importância nas restantes percentagens, em que existe mais de 15% que contradiz a resposta mais saliente:

Gráfico 24: Perceção das crianças relativas às agressões por parte de docentes contra os/as alunos/as



O mesmo não acontece em relação às agressões verbais, em que mais de 77% afirmam que os/as docentes gritam com os/as seus/as alunos/as:

Gráfico 25: Perceção das crianças relativas às agressões verbais por parte de docentes contra os/as alunos/as



- gg. Na secção 6: **a minha vida pessoal**, a questão sobre o uso do bater por parte dos responsáveis sobre as crianças e jovens, 24% afirma que isso acontece. De salientar a importância de transmitir aos pais o significado que essa prática provoca nas crianças e jovens;
- hh. Quanto aos responsáveis gritarem com as crianças e jovens, mais de 70% afirmam que isso acontece. Estes dados remetem-nos para as mesmas questões sobre a educação parental;
- ii. Relativamente em ambiente escolar, no requisito das drogas, mais de 48% referem que já lhes ofereceram drogas na escola e fora da escola. É necessário haver uma realização de investigação e intervenção neste requisito;
- jj. No que respeita às respostas dos jovens, apenas 8,9% já tiveram contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens.

Participação das famílias

Analisando os resultados dos inquéritos aplicados às famílias no diagnóstico local, concluímos que houve 158 respostas ao inquérito, sobressaindo desta forma as seguintes conclusões:

- a. Na secção **brincadeira e lazer**, 72% das famílias afirma haver locais na comunidade para as crianças brincarem e mais de 55% afirmam que há locais para os jovens. Contudo, salienta-se que nas aldeias mais afastadas do centro (Alijó) não existem locais próprios para esse

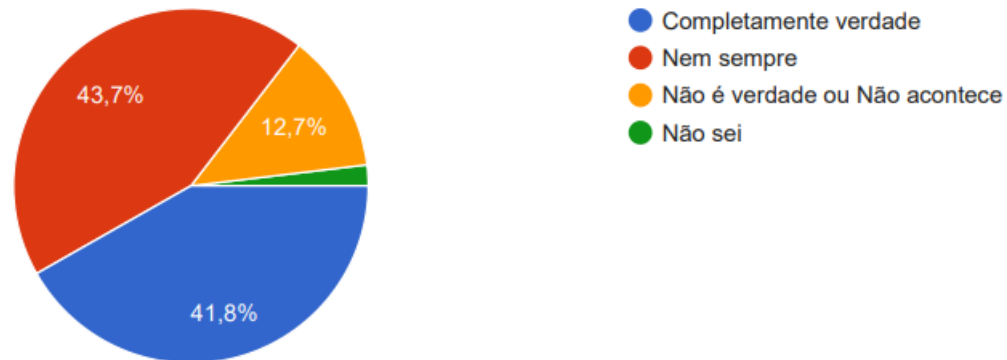
efeito;

- b. Mais de 51% dos pais não tem muita disponibilidade de acompanharem as crianças aos parques infantis. Contudo, no que diz respeito ao tempo após a escola e vida profissional, mais de 70% dos pais não tem tempo útil para brincarem ou passarem tempo de qualidade com as suas crianças. Pode estar relacionado ao facto de os mesmos terem horários rotativos ou de longa duração, que os impede de realizar as tarefas parentais;
- c. Mesmo durante o fim-de-semana os pais não possuem tempo para organizarem atividades em família (51,3%);
- d. Na secção **participação e cidadania**, mais de 50% dos pais não questionam as crianças sobre o que elas gostariam de fazer durante o fim-de-semana. É necessário trabalhar com os pais neste requisito, de envolverem as crianças e jovens na tomada de decisão;
- e. Contudo, na questão de os pais ouvirem as opiniões das crianças sobre vários assuntos e considerarem o que pensam, a percentagem das respostas positiva é de 81,6%;
- f. Relativamente ao conhecimento das famílias sobre existir um Conselho Municipal de Jovens, mais de 67% afirma não saber, e em consequência os menores não participam nesse Conselho;
- g. Em relação à participação das crianças e jovens em atividades associativas, mais de 66% dos pais afirma que os menores não participam. É necessário fomentar à participação dos menores nestas atividades, melhorando o seu desenvolvimento pessoal e social;
- h. Na secção **Segurança e Proteção**, mais de 77% dos pais dizem que os seus educandos não vão a pé nem de bicicleta para a escola. Mais uma vez, estes dados mostram que estas alternativas não são viáveis devido à extensão e cumprimento do território do concelho;
- i. Mais de 31% dos pais explana que os seus descendentes já sofreram de agressões físicas (bater), dentro ou fora escola. Estes resultados demonstra, mais uma vez, a necessidade de intervenção na área da violência e bullying escolar;
- j. No que diz respeito ao passado das famílias, cerca de 49% dos pais afirma que era “normal” dos pais/mães baterem nos seus/as filhos/as. Esta “normalidade”, muitas vezes reflete-se atualmente. Desta forma, os pais foram questionados sobre baterem nos/as seus/as filhos/as. E mais de 56% afirma já o ter feito. Assim, mediante esta percentagem é necessário realizar-se intervenção sobre este tema:

Gráfico 26: Informação acerca dos pais baterem nos/as seus/as filhos/as.

Eu nunca bati nas minhas crianças.

respostas



- k. Quando os pais excedem na expressão da autoridade, como berrar mais alto, mais de 73% afirma ter pedido desculpa aos descendentes e ter tentado encontrar outras formas para exercer a sua autoridade;
- l. Na questão sobre o acompanhamento do que as crianças costumam ver/assistir na internet, 31% afirma que não tem esse hábito. Tem de se reforçar a importância do acompanhamento parental no mundo da internet e os riscos e perigos que isso acarreta;
- m. No tópico da **Saúde**, 44% dos pais homens não participou no curso de preparação para o parto, promovido pelo centro de saúde. Fomentar na participação de ambos os progenitores para a importância desta temática;
- n. E após o parto, 74% dos pais não foram convocados para participar no curso pós-parto (centro saúde). Mais uma vez, denota-se a importância de ser promovido este curso e a sua participação;
- o. No que respeita à amamentação dos/as filhos/as em exclusivo até aos 6 meses de idade, mais de 41% das mães não teve esse tempo



D. Sancho II
Agrupamento de Escolas
Alijó

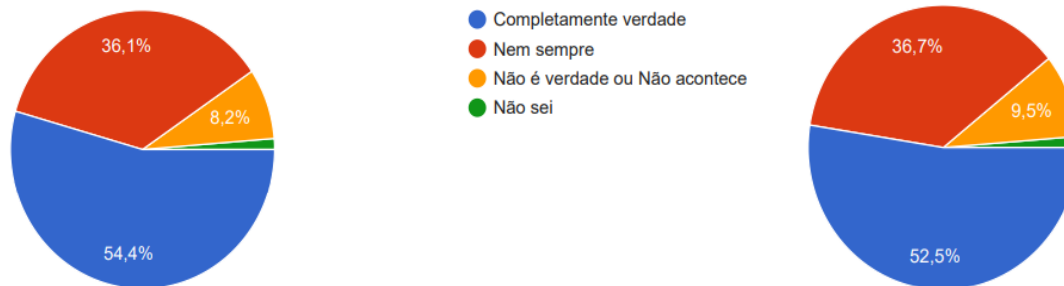


- disponível para a amamentação. É necessário desenvolver políticas (profissionais internas) positivas;
- p. Relativamente à questão sobre se os pais percebem sempre tudo o que o/a médico/a lhes explicam, cerca de 22% afirmam que nem sempre isso acontece. Devemos fomentar os profissionais de saúde a uma prática e uso de linguagem mais inclusiva e direta para com os pais das crianças;
 - q. Na secção **Educação**, mais de 53% dos pais tiveram de colocar as suas crianças em creche com poucos meses de idade devido à obrigatoriedade de irem trabalhar. Esta percentagem demonstra que as crianças são deixadas com muita pouca idade, o que tem impacto no desenvolvimento das crianças com os pais;
 - r. Em simultâneo com a alínea anterior, mais de 60% dos pais não pode ficar em casa com as crianças até elas completarem, no máximo 3 anos, devido à importância que dão para o desenvolvimento e educação dos seus descendentes;
 - s. Relativamente às dinâmicas e atividades que os estabelecimentos de ensino apresentam, mais de 40% dos pais afirmam que as mesmas não vão de encontro às escolhas que acham mais preponderantes. Contudo, mais de 72% não procuraram encontrar outras escolas que fosse de encontro aos seus ideais;
 - t. No que respeita à participação dos pais nas atividades dos seus educandos, mais de 48% não participa. É necessário incentivar a essa participação, explicando a importância e impacto positivo que afeta a criança;
 - u. Na questão sobre o tratamento e apoio dos/as docentes aos alunos/as de forma individual, mais de 52% dos pais afirma que isso nem sempre é verdade. É importante trabalhar com os profissionais de educação relativamente ao tratamento e apoio que dão aos seus/as alunos/as;
 - v. Sobre a utilização da biblioteca municipal como meio de estudo, pesquisas ou outras atividades, 72,7% dos pais afirmam que as suas crianças nem sempre usam/não é verdade. Esta grande percentagem pode ser reflexo da carga horária escolar excessiva e/ou dos transportes escolares terem horários reduzidos;
 - w. Na questão em que os/as docentes e auxiliares escolares respeitam todas as crianças sem discriminação, 55% dos pais acham que isso

nem sempre acontece. Mais uma vez, é necessário fomentar a importância do respeito pela diferença.

- x. Na secção **Conciliação entre vida familiar e trabalho**, os pais raramente têm tempo de fazerem o que querem nem o que gostam, quer durante o dia-a-dia quer durante o fim-de-semana (mais de 52% dos inquiridos), tal como verificamos nos gráficos a seguir, respetivamente:

Gráfico 27: Perceção dos pais relativamente a terem tempo de fazerem o que querem e nem gostam



- y. Mais de 55% dos encarregados afirma que o seu horário de trabalho não é adaptado conforme as suas responsabilidades enquanto mãe/pai;
- z. Na mesma direção, 44% dos mesmos pensa que o trabalho o/a impede de dedicar às suas crianças o tempo que gostariam.

Analisando os resultados dos autodiagnósticos aplicados às entidades com competências em matéria de infância e juventude, concluiu-se que houve 105 respostas ao inquérito, sobressaindo desta forma as seguintes conclusões:

- a. Na secção **A Convenção sobre os Direitos da Criança: formação e informação**, na questão acerca da implementação dos princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança, quase 52% afirma que essa implementação é feita. Contudo, existem quase 29% que não sabe se isso ocorre. Há necessidade de perceber quais são as instituições que não estão de acordo e qual a melhor maneira de transparecer que estão em falta;

- b. No que concerne ao reconhecimento da criança como sujeito de direitos, mais de 54% concorda e mais de 34% concorda inteiramente que a sua instituição faz esse reconhecimento;
- c. Relativamente à divulgação de informação sobre os direitos das crianças, mais de 66% realiza esse trabalho. Contudo, de salientar que 16,2% não sabe se a instituição realiza essa disseminação e mais de 11% discorda que se realize essa divulgação. Estas duas últimas percentagens mostra-nos uma falta de atenção no que respeita à partilha de informação. Deve-se ter especial atenção em trabalhar neste ponto;
- d. Seguindo os resultados da pergunta anterior, na questão acerca de a instituição realizar regularmente atividades com as crianças dando-lhes a conhecer os seus direitos, quase 42% dos inquiridos concorda que a instituição realiza essas atividades. No entanto, 18,1% não sabe, 13,3% discorda e 9,5% discorda completamente. Estes dados revela-nos que os profissionais e instituições não têm assente esta preocupação em trabalhar nestas questões;
- e. Na secção **Participação das crianças**, na questão sobre se todas as crianças conhecem as regras da instituição, quase 25% dos profissionais não sabe que elas conhecem as regras e mais de 13% afirma que discordam da afirmação;
- f. No que se refere à organização das atividades dirigidas às crianças, as mesmas são pensadas e organizadas por pessoas adultas, tendo mais de 84% dos inquiridos concordados com esta organização. Nesta resposta conseguimos perceber que a posição e ideias das crianças não são tidas em conta;
- g. Na secção **Princípio da não discriminação**, a questão mais relevante acerca do acesso a crianças com deficiência na instituição, 55,2% concordam que a instituição apresenta essas condições. No entanto, quase 15% dos inquiridos discorda e 8,6% afirma não saber se a entidade apresenta essas condições. Será necessário intervir nesta matéria, uma vez que existem edifícios incompatíveis com as condições de saúde (deficiência) das crianças e jovens;
- h. Na secção **Trabalho com as famílias**, apenas 21% responde não saber se a sua instituição conhece o contexto familiar e social em que se integram as crianças e jovens com quem trabalha diretamente;



D. Sancho II
Agrupamento de Escolas
Alijó



- i. Da afirmação acerca da promoção regular de ações que fomentam o envolvimento de pais/mães, famílias em geral, na vida da organização/instituição, 50,5% afirma que isso acontece, quase 22% não sabem e quase 13% discorda da afirmação. É saliente reforçar a importância da envolvimento da família, principalmente os pais/mães nas atividades das crianças e jovens;
- j. No que respeita à promoção de ações regulares dirigidas a pais e/ou mães que contribuem para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma parentalidade positiva, quase 25% não sabe dizer que existe esse procedimento. Mais uma vez, é saliente ressaltar a importância do envolvimento destas ações em regime do ciclo familiar da criança;
- k. Na secção **Política de proteção**, 40% dos inquiridos não sabe se há uma verificação do historial das/os profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens, incluindo o pessoal administrativo. Esta questão deve ser abordada e revista para que estejam pessoal com historial positivo a trabalhar com as crianças e jovens;
- l. No que respeita à política de proteção das crianças e jovens, 40% concorda a afirmar que existe essa política e 23% concorda inteiramente. 30% dos inquiridos não sabe se existe essa política. Denota-se uma falta de partilha de informação a todos os profissionais que trabalham nas instituições;
- m. Em consonância da pergunta anterior, no que respeita ao conhecimento da Política de Proteção das crianças e jovens por parte de todo o pessoal, apenas 40% afirma que existe, 11,4% concorda inteiramente e 33,3% não sabe dessa política.
- n. Na questão sobre o recrutamento de pessoal, se o mesmo é feito de acordo com os princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos, 41,9% não sabe se é realizado dessa maneira e apenas 39% afirma que o recrutamento é feito dessa maneira;
- o. Por fim, no que se refere ao Código de Conduta para profissionais, pessoas voluntárias e membros de Órgãos Sociais, apenas 45% afirma que a sua instituição apresenta esse código e mais de 38% não o sabe.



D. Sancho II
Agrupamento de Escolas
Alijó



Capítulo III

Plano Estratégico Local



Introdução

Todas as crianças e jovens são atores de direitos e deveres, e reconhecer a importância que a proteção e promoção tem nesses atores, pressupõe a articulação e cooperação dos diferentes intervenientes em matéria de infância e juventude e a promoção de medidas e políticas de ação transversais a todas as áreas.

É neste pressuposto que a Comissão de Proteção e Crianças e Jovens de Alijo, impulsionada pela adesão ao Projeto Adélia, desenvolveu o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, da CPCJ de Alijó, para o ano 2022-2026.

Antecedeu o plano a realização do Diagnóstico Local, que teve por objetivo conhecer a realidade infantojuvenil de Alijó, por forma e mediante os resultados, propor estratégias de intervenção e ações conducentes à promoção dos direitos das crianças e jovens, assentes nos 3 pilares do Projeto Adélia:

- Promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, garantindo estratégias de apoio a uma parentalidade positiva e responsável;
- Qualificar a intervenção das comissões de proteção e das entidades com competência em matéria de infância e juventude;
- Capacitar as famílias para o exercício de uma parentalidade positiva nas diferentes dimensões da vida familiar.

Para a elaboração do Plano Estratégico local foram tidas em conta as orientações expressas em instrumentos de planeamento e de diagnóstico de âmbito internacional, nacional e regional, tais como:

- ❖ Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e da Organização das Nações Unidas (ONU) que refere que a infância tem direito a uma ajuda e assistência especiais e a família é o elo fundamental e natural para o desenvolvimento do bem-estar e crescimento do seu seio familiar, principalmente das crianças e jovens. É reconhecido e já estudado cientificamente que a criança ao crescer num ambiente familiar de felicidade, amor, compreensão e com responsabilidades, terá um desenvolvimento harmonioso e completo da sua personalidade, preparando-a plenamente para viver uma vida individual na sociedade, tendo os ideais e princípios orientadores da Carta das Nações Unidas.

- ❖ Declaração de Genebra os direitos das crianças, fomentando a necessidade de garantir uma proteção especial às mesmas



D. Sancho II
Agrupamento de Escolas
Alijó



❖ Nações Unidas adotou em 1959 a Declaração dos Direitos da Criança.

❖ Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020 de 18 de dezembro, foi homologado a 18 de novembro pela Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o plano bianual 2021/2022, aprovado pelas áreas governativas envolvidas. O referido Plano bianual está estruturado em quatro prioridades:

1-Promover o Bem-Estar e a Igualdade de Oportunidades, onde se assume a necessidade de intensificação dos esforços para garantir níveis de vida adequados ao desenvolvimento da criança e jovem.

2-Apoiar as Famílias e a Parentalidade, focando-se na proteção das crianças e jovens privados de meio familiar. Pretende incentivar a desinstitucionalização e a qualificação dos equipamentos existentes e contribuir para o incremento do sistema de adoção e de apadrinhamento civil e reforçar o sistema de acolhimento familiar.

3-Promover o Acesso à Informação e à Participação das Crianças e Jovens, pretende-se potenciar a informação e o conhecimento das crianças e jovens sobre os seus direitos e garantir a formação adequada aos profissionais que interagem sistematicamente com crianças e jovens no sistema de ensino, judicial, saúde e da segurança social.

4-Prevenir e Combater a Violência Contra Crianças e Jovens, visa a implementação de objetivos estratégicos no âmbito da prevenção e combate a todas as formas de violência, nos diversos contextos, nomeadamente na escola, em casa, nas diferentes comunidades que a criança e jovem frequentam e no mundo digital.

As reflexões que surgiram ao longo da elaboração do Diagnóstico Local da realidade Infantojuvenil, permitiram consolidar as bases para a definição de intervenções consideradas prioritárias, com vista à elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, da CPCJ de Alijó, para o ano 2022-2026.

Para a elaboração deste foram tidas em conta as orientações expressas em instrumentos de planeamento e de diagnóstico de âmbito local tais como: o Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social de Alijó. Estes instrumentos de planeamento têm um papel preponderante na realização efetiva dos 4 eixos supra referidos e conseqüentemente para:



- O desenvolvimento saudável das crianças e jovens;
- Para a minimização de situações de pobreza e exclusão social;
- Para a eliminação da violência e maus-tratos a crianças e jovens;
- Para a igualdade de género e Igualdade de oportunidades;
- Para a consciencialização e corresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil para as atuais problemáticas das famílias e das crianças e jovens;
- Para o desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO:

I - PROMOVER O BEM-ESTAR E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

- 1.1 Garantir níveis de vida adequados ao desenvolvimento da criança e jovem, através de uma combinação eficaz e equilibrada de apoios e prestações sociais e medidas fiscais
- 1.2 Investir na prevenção e promover o acompanhamento da saúde física e mental na infância e adolescência, com vista ao desenvolvimento de gerações saudáveis
- 1.3 Garantir às crianças e jovens o acesso a atividades lúdicas, recreativas e desportivas de qualidade
- 1.4 Garantir o acesso a uma educação inclusiva e de qualidade a todas as crianças e jovens, contribuindo para o seu desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional
- 1.5 Qualificar e reforçar as medidas, programas, serviços e respostas sociais, bem como apoios para crianças e jovens com alterações do desenvolvimento, deficiência ou incapacidade e suas famílias
- 1.6 Apoiar a integração de crianças e jovens migrantes, incluindo refugiadas e requerentes de asilo, descendentes de migrantes e ciganas

II - APOIAR AS FAMÍLIAS E A PARENTALIDADE

- 2.1 Fomentar competências para uma parentalidade positiva e partilha de responsabilidades parentais



D. Sancho II
Agrupamento de Escolas
Alijó



ALIJO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

III - PROMOVER O ACESSO À INFORMAÇÃO E À PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS

- 3.1 Promover informação e formação sobre a concretização dos direitos da criança e jovem
- 3.2 Promover a participação e o exercício da cidadania das crianças e jovens

IV - PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E JOVENS

- 4.1 Prevenir e atuar nas diferentes formas de violência contra as crianças e jovens, promovendo uma cultura de não-violência
- 4.2 Promover o conhecimento sobre as várias formas de violência contra crianças e jovens e a qualificação das respostas existentes.

Eixo Temático	APOIAR AS FAMÍLIAS E A PARENTALIDADE						
Objetivo estratégico	i) Fomentar competências para uma parentalidade positiva e partilha de responsabilidades parentais. ii) Qualificar as medidas programas e respostas sociais da área da saúde, dirigidas a crianças e jovens numa abordagem integrada com as famílias.						
Objetivos específicos	Ações	Indicadores	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização	Recursos	Público-alvo
-Desenvolver competências parentais; -Apoiar os pais no desafio da parentalidade positiva.	III Edição do Programa de Competências Parentais "Sempre em Família..."		Medida de Parentalidade Positiva do Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó	CPCJ de Alijó Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó Associação de Pais	Janeiro a Abril 2022/23/24		Pais e/ou Encarregados de Educação
	Conversa com Pais – "Cuidados de Saúde Mental"		Medida de Parentalidade Positiva do Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó	CPCJ de Alijó Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó	Fevereiro a Maio de 2022 Janeiro a maio de 2023-26		Pais e/ou Encarregados de Educação



Desenvolver competências pessoais e sociais			Medida “Mente Saudável” Centro de Saúde de Alijó	Associação de Pais Centro de Saúde de Alijó			
-Desenvolver competências parentais; -Apoiar os pais no desafio da parentalidade positiva.	<p>Comemoração do Mês da Família</p> <p>19 Março - Dia do Pai</p> <p>Dia Internacional da Família</p>		Medida de Parentalidade Positiva do Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó ou IPSS’S	CPCJ de Alijó Município de Alijó Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó Associação de Pais IPSS’S	Abril e Maio 2022 Abril e Maio 23-26		Pais e/ou Encarregados de Educação

Eixo Temático	APOIAR AS FAMÍLIAS E A PARENTALIDADE						
Objetivo estratégico	i) Fomentar competências para uma parentalidade positiva e partilha de responsabilidades parentais. ii) Qualificar as medidas programas e respostas sociais da área da saúde, dirigidas a crianças e jovens numa abordagem integrada com as famílias.						
Objetivos específicos	Ações	Indicadores	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização	Recursos	Público-alvo
Prevenir, intervir e combater o bullying e o ciberbullying.	Bullying e Ciberbullying –Prevenir & Agir		GNR Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó CLDS-4G	CPCJ de Alijó Associação de Pais Pais/Encarregados de Educação	Fevereiro e Outubro 22 Fevereiro e Outubro 23 a 26		
Prevenir, intervir e combater as adições	Prevenção das substâncias aditivas		Centro de Saúde de Alijó GNR	CPCJ de Alijó Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó Associação de Pais Pais/Encarregados de Educação	Setembro a Dezembro de 2022 Setembro a Dezembro de 23-26		Pais e/ou Encarregados de Educação

-Desenvolver competências parentais;	Como motivar os filhos para o sucesso escolar?		PIICIE Alijó Educa+ CLDS-4G	CPCJ de Alijó Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó Associação de Pais Pais/Encarregados de Educação	Maio de 2022 Janeiro a Junho de 2023 - 26	Pais e/ou Encarregados de Educação	
Eixo Temático	APOIAR AS FAMÍLIAS E A PARENTALIDADE						
Objetivo estratégico	i) Fomentar competências para uma parentalidade positiva e partilha de responsabilidades parentais. ii) Qualificar as medidas programas e respostas sociais da área da saúde, dirigidas a crianças e jovens numa abordagem integrada com as famílias.						
Objetivos específicos	Ações	Indicadores	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização	Recursos	Público-alvo
Desenvolver competências parentais;	Atendimento individual às famílias interligando com os diferentes intervenientes que acompanham o aluno		Medida de Parentalidade Positiva do Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó	CPCJ de Alijó Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó	Setembro a Junho 2022 Setembro a		Pais e/ou Encarregados de Educação

			Medida “Mente Saudável”	Pais/Encarregados de Educação	Junho 23 - 26		
Desenvolver competências pessoais e sociais	Workshops temáticos sobre problemas vivenciados na escola e a sua relação com o contexto (e.g. pouca comunicação dos filhos sobre os problemas, ausência de material, desorganização no estudo e aprendizagem, métodos e técnicas de estudo, alimentação, sono).		Medida de Parentalidade Positiva do Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó	CPCJ de Alijó Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó Centro de Saúde Pais/Encarregados de Educação	Setembro a Junho 2022 Setembro a Junho 23 - 26		Jovens e Pais e/ou Encarregados de Educação

Eixo Temático	PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E JOVENS						
Objetivo estratégico	i) Prevenir e atuar nas diferentes formas de violência contra as crianças e jovens, promovendo uma cultura de não-violência. ii) Promover o conhecimento sobre as várias formas de violência contra crianças e jovens e a qualificação das respostas existentes.						
Objetivos específicos	Ações	Indicadores	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização	Recursos	Público-alvo
Capacitaros/as alunos/as com vista à promoção de uma cultura de cidadania ativa e de não-violência.	Implementação do “Projeto Namorar com Fair Play” do IPDJ para a Prevenção da Violência entre pares		CPCI de Alijó IPDJ	APAV Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó CLDS-4G	Setembro a Junho 2022 Setembro a Junho 23 - 26		alunos dos 1, 2º, 3.º ciclo e secundário
Incentivar as relações interpessoais e sociais que promovam a igualdade de género	Projeto Piloto “EFADE” -Ação de sensibilização sobre a Igualdade de Género		CPCI de Alijó Voluntários do Projeto “Namorar com Fair Play” U. Nova Lisboa	IPDJ Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó CLDS-4G PES	Setembro a Junho 2022 Setembro a Junho 23 - 26		alunos dos 1, 2º, 3.º ciclo e secundário

Prevenir, intervir e combater o Bullying e o Cyberbullying	Bullying e Ciberbullying –Prevenir & Agir		GNR Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó CLDS-4G	CPCJ de Alijó Medida “Mente Saudável”	Fevereiro e Outubro 22 Fevereiro e Outubro 23 a 26		alunos dos 1, 2º, 3.º ciclo e secundário
Eixo Temático	PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E JOVENS						
Objetivo estratégico	i) Prevenir e atuar nas diferentes formas de violência contra as crianças e jovens, promovendo uma cultura de não-violência. ii) Promover o conhecimento sobre as várias formas de violência contra crianças e jovens e a qualificação das respostas existentes.						
Objetivos específicos	Ações	Indicadores	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização	Recursos	Público-alvo
Sensibilizar/consciencializar as crianças e jovens e a população em geral para a importância da Prevenção dos Maus Tratos na Infância	Campanha do Mês DE Abril – Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância:		CPCJ de Alijó	GNR Município Centro Saúde APAV	Abril 2022-26		alunos dos 1, 2º, 3.º ciclo e secundário

	<p><i>Ações de sensibilização no âmbito da Prevenção</i></p> <p><i>Formação do Laço Azul Humano</i></p>			<p>Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó</p> <p>CLDS-4G</p> <p>IPSS</p>			
<p>Prevenção da Exploração Sexual e Abuso Sexual</p>	<p>Comemoração do Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual</p> <p>18 de Novembro</p>		<p>CPCI de Alijó</p>	<p>Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó</p> <p>IPSS</p>	<p>18 Novembro 2022-26</p>		<p>alunos dos 1, 2º, 3.º ciclo e secundário</p>

Prevenir, intervir e combater as adições	Prevenção das substâncias aditivas		Centro de Saúde de Alijó GNR	CPCJ de Alijó Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó	Setembro a Dezembro de 2022 Setembro a Dezembro de 23-26		alunos do 3.º ciclo e secundário
--	---	--	-------------------------------------	---	---	--	----------------------------------

Eixo Temático	PROMOVER O ACESSO À INFORMAÇÃO E À PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS						
Objetivo estratégico	i) Promover a participação e o acesso das crianças e jovens aos direitos de cidadania. ii) Implementar medidas e mecanismos favoráveis à participação das crianças e jovens.						
Objetivos específicos	Ações	Indicadores	Entidade responsável	Entidades a envolver	Calendarização	Recursos	Público-alvo
- Consciencializar os/as alunos/as para os Direitos Humanos, -Promover o respeito pela diversidade social e cultural; -- Promover a criação de relações interpessoais e sociais saudáveis que se	Programa de Promoção dos Direitos Humanos e da Diversidade -Ação de sensibilização dos Direitos Humanos		CLDS-4G	CPCJ de Alijó Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó	Janeiro a Maio 2022 Janeiro/ Maio 23-26		alunos dos 1, 2º, 3.º ciclo

baseiem em valores como o respeito, a empatia, a partilha, a confiança e a amizade.							
. Sensibilizar de toda a comunidade escolar e local para os Direitos da Criança .	33º - 37º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança -Estendal dos Direitos		CPCJ de Alijó	Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó CLDS-4G Biblioteca	20 de Novembro de 2022 -26		alunos dos 1, 2º ciclo
Consciencializar os/as alunos/as para os Direitos Humanos,	Comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos 10 Dezembro		CPCJ de Alijó	Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó Município Biblioteca	10 de Dezembro 2022		alunos dos 2º, 3.º ciclo e secundário



Avaliação do Plano Local

A avaliação do plano reverte-se de uma importância fundamental, pois deve ser reajustada sempre que necessário, no decurso dos quatro anos de vigência do mesmo. A avaliação é um instrumento que vai permitir refletir, corrigir e reajustar o próprio plano à medida que este vai decorrendo e sempre que as condicionantes que levaram à sua elaboração se vão alterando. O processo de avaliação tem como objetivo orientar a atuação dos técnicos e aferir a evolução do plano, assim como a sua execução (avaliação final).

CONCLUSÃO

O presente documento integra uma componente de diagnóstico local relativa ao concelho de Alijó e um plano estratégico, fundado no diagnóstico, de cuja concretização se esperam importantes melhorias na intervenção realizada com as crianças e jovens e suas famílias. O diagnóstico realizado implicou a recolha de dados de tipo quantitativo e qualitativo, junto de um amplo conjunto de bases de dados oficiais, entidades públicas e privadas (nacionais, regionais e locais) e indivíduos da comunidade (famílias, crianças e jovens). A conceção do plano implicou a participação ativa das entidades que compõem a CPCJ que, com base no diagnóstico realizado, elaboraram o plano estratégico para o quadriénio 2022-26.

De salientar que as áreas de intervenção supramencionadas integram diversas áreas temáticas e respetivos problemas identificados no Diagnóstico Local da Realidade infantojuvenil de Alijó, sendo evidente a existência de uma relação bidirecional entre as diferentes áreas de intervenção.

No quadriénio de 2022-2026, o compromisso da CPCJ de Alijó continua a ser a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens deste concelho, dando continuidade às ações de prevenção e proteção que têm tido uma avaliação positiva e têm contribuído para esse fim, tentando sempre fazer mais e melhor.

Este Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens tem, assim, como finalidade última contribuir para a criação de um Município Amigo das Crianças e Jovens e de um ambiente social protetor e promotor dos seus direitos.